

CAROLINA BORGES DE ANDRADE

**SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NA PERSPECTIVA
DA INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA**

Monografia submetida ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito obrigatório
para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Armando de Melo Lisboa

FLORINAÓPOLIS, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **09** à Aluna Carolina Borges de Andrade na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Armando de Melo Lisboa, Dr.

Orientador

Departamento de Economia e Relações Internacionais

Prof. Nildo Domingos Ouriques, Dr.

Departamento de Economia e Relações Internacionais

Prof. Eduardo Antonio Temponi Lebre, Dr.

Departamento de Direito

Dedico esse trabalho aos “vacarianos” da Serra da Boa Vista, antigo caminho dos tropeiros, na atual cidade de Riozinho (RS) e ao meu pai, Antônio Correa de Andrade (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Às minhas duas filhas, Valentina e Manoela, por abrirem mão de parte do meu tempo para que eu realizasse o sonho da graduação numa universidade pública federal.

Ao meu marido, Alexandre de Pinho, pela cumplicidade e pelo apoio incondicional.

Ao professor e orientador Armando Melo Lisboa, por despertar em mim a noção de identidade, através das aulas da disciplina de América Latina e pelas sugestões de leitura e a paciência com que me conduziu na trajetória desse trabalho.

Ao professor Eduardo Lebre, do Curso de Direito, meu professor na disciplina de Direito Econômico e orientador no PIBIC/CNPq “Desenvolvimento do Transporte Aquaviário Brasileiro”, pela generosidade no desempenho do ofício de professor.

Aos meus colegas de economia, Alga Lui Leal, Letícia Greff, Patrick Pirolo, Diego Eller Gomes, por tornarem o curso de Ciências Econômicas um espaço fértil para grandes amizades.

Aos meus colegas do curso de Relações Internacionais (2013.1) por me devolverem o entusiasmo para seguir em frente com o curso de Ciências Econômicas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A CEPAL: DA INTEGRAÇÃO REGIONAL AO REGIONALISMO ABERTO ..	13
2.1	A INTEGRAÇÃO POLARIZADA PELOS ESTADOS UNIDOS	18
3	A IIRSA	21
3.1	OS EIXOS DE INTEGRAÇÃO DA IIRSA	22
3.2	A ETAPA DE PLANEJAMENTO	28
3.3	OS FINANCIADORES DA IIRSA	29
3.4	O PAPEL DO BNDES	33
3.5	OS NOVOS RUMOS NA CONDUÇÃO DA IIRSA	35
4	A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	38
5	O CONCEITO DE SUBIMPERIALISMO	41
6	O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NO ÂMBITO DA IIRSA	47
6.1	GRAU DE MONOPOLIZAÇÃO DO CAPITAL E DO SISTEMA FINANCEIRO	47
6.2	COOPERAÇÃO ANTAGÔNICA COM A NAÇÃO IMPERIALISTA	50
6.3	HEGEMONIA REGIONAL	52
6.4	O TRIPÉ ESTADO SOCIEDADE DE CONSUMO E MERCADO EXTERNO	55
6.5	OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA	57
7	CONCLUSÃO	60
	REFERÊNCIAS	65

O mundo só será bom no dia que todo o dinheiro acabar, mas que não me falte nenhum enquanto isso não acontece.

Tim Maia

RESUMO

No decorrer do século XX, a América Latina foi alvo de algumas propostas de integração. As propostas mais influentes foram o regionalismo “para dentro”, fruto das teorias da CEPAL de meados do século, para a superação do subdesenvolvimento, e o regionalismo aberto, apoiado na ortodoxia liberal de comércio. No início do século XXI o Brasil desponta como indutor de um novo regionalismo, com base na proposta da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). O trabalho confronta a hegemonia política e econômica do Brasil, no subcontinente sul-americano, com o conceito de subimperialismo, desenvolvido por Ruy Mauro Marini, para compreender a inserção brasileira na América do Sul no período da ditadura militar brasileira. O trabalho revisa as condições estabelecidas por Marini, agora no âmbito da IIRSA, e constata a presença de um alto grau de monopolização e de operação do capital financeiro, cooperação antagônica com a nação imperialista e a “mão” pesada do Estado na realização do capital brasileiro, que são as condições originais de uma nação subimperialista.

Palavras-chave: Subimperialismo . IIRSA. Regionalismo aberto.

ABSTRACT

During the twentieth century, Latin America was the target of some integration proposals. The most influential proposals were regionalism "in" as a result of the CEPAL's proposals mid-century, to overcome underdevelopment, and the open regionalism, supported by the liberal orthodoxy trade. At the beginning of XXI Century, Brazil stands out as promoter of a new regionalism, supported by the proposal of the Initiative for the Integration of South American Regional Infrastructure (IIRSA). The work confronts the political and economic hegemony of Brazil, in the South American subcontinent, with the concept of sub-imperialism, developed by Ruy Mauro Marini, to understand the Brazilian insertion in South America in the period of the Brazilian military dictatorship. The paper reviews the conditions set by Marini, now under the IIRSA, and notes the presence of a high degree of monopolization and operation of financial capital, antagonistic cooperation with the imperialist nation and the heavy hand of the state in Brazilian capital (goods), that it is the original conditions of a sub-imperialist nation.

Key words: Sub-imperialism. IIRSA . Open regionalism .

1 INTRODUÇÃO

Os ideias pan-americanos, de unidade e integração de um continente fragmentando pelas disputas europeias, ficaram marcados, na primeira metade do século XIX, pela tentativa do venezuelano Simon Bolívar de unificar todas as sociedades americanas numa confederação dos novos Estados, formando uma superpotência, em meio ao processo de emancipação da América Espanhola, para fazer frente a uma possível contra-ofensiva europeia.

Com o fim do sonho pan-americano de integração idealizado por Bolívar, que ficou conhecido como Bolivarianismo, os Estados Unidos reeditam o seu próprio pan-americanismo, também conhecido como Monroísmo. Lançada em 1823 a Doutrina Monroe tinha por objetivo a soberania dos Estados Unidos sobre os demais países do continente americano, em oposição a manutenção do colonialismo europeu. Com essa estratégia, os Estados Unidos conseguem alijar o continente americano da jurisdição da Liga das Nações Unidas. O que se apreende, na prática, é a substituição do imperialismo ibero pelo imperialismo dos Estados Unidos, muito distante de uma proposta de integração intra-continente idealizada por Bolívar.

Em novembro de 1889 ocorre em Washington, a 1ª Conferência Pan-Americana, onde os Estados Unidos propõem, pela primeira vez, a formação de uma comunidade comercial com os países da América Latina. A proposta foi recusada devido a oposição da Argentina e do Chile. Já nesse momento era evidente para as nações sul-americanas que a Doutrina Monroe, resumida na frase “América para os americanos”, não passava de estratégia norte-americana para assegurar mercados e fontes de matéria-prima, “sem representar no entanto, um compromisso efetivo com os povos sul-americanos” (BARBOSA, 1998, 1 p.), como ressaltou o notável jurista brasileiro Rui Barbosa, em artigo publicado em a “A Imprensa” de maio de 1899.

Embora nesse período tivesse início o processo de industrialização das nações latino-americanas, estas permaneciam marcadas pela fragmentação econômica e política, consequência do período colonial e do comércio desigual, que dividia o sistema de comércio internacional em fornecedores de produtos primários de um lado e produtores de manufaturas de outro. Além da inexistência de um desenvolvimento interno destes países, as obras de infraestrutura estavam orientadas para o escoamento de matérias-primas para as grandes

metrópoles da Europa, principalmente Inglaterra e França, exigindo uma enorme mobilização de recursos econômicos para integrar o continente do ponto de vista físico, o que haveria de passar ainda por uma integração política da região, com vistas à uma integração econômica.

O processo de industrialização das economias latino-americanas se intensificou, no início do novo século XX, em um contexto de crises como a “Grande Depressão” ocasionada pela quebra da Bolsa de Nova York, de 1929, e, finalmente, com a eclosão da II Guerra Mundial. Com o incremento dos centros urbanos, uma nova classe empresarial e novas classes intermediárias irão surgir, contrapondo-se muitas vezes às antigas oligarquias dominantes, implicando em alianças externas destas últimas com o capital dos países dominantes, principalmente dos Estados Unidos.

A nova ordem mundial, de acordo com Braun (2003), definida após a Segunda Guerra Mundial, através da criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e da Organização Internacional do Comércio (OIT), traduz o ideal liberal de eliminar estratégias protecionistas que vigoraram na década de 1930, através da criação de entidades supranacionais. Na esteira da nova ordem mundial do pós-II Guerra, surge também a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), criada em 25 de fevereiro de 1948, por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) e que, de acordo com Esteves (2008), encontrou forte oposição dos Estados Unidos à sua criação.

A criação da CEPAL vai constituir-se na única ação multilateral concreta para a elucidação e superação dos problemas da América Latina, relacionados ao subdesenvolvimento. Seu corpo intelectual defendia a superação destes problemas, através de uma estratégia nacional-desenvolvimentista, focada na efetivação da industrialização destes países através do modelo de substituição de importações.

Parte da estratégia cepalina, para a superação do subdesenvolvimento na América Latina, passava por uma etapa de integração regional gradativa, através de um mercado comum, com certo grau de protecionismo, levando em conta as assimetrias, para fortalecer o capitalismo nacional, diversificar a pauta de exportações dos países e criar mercados interno e regional. Este modelo de integração foi pensado para impedir a deterioração dos termos de troca entre as economias intra-regionais, como se verificava entre as economias latinas e os países centrais.

Com a nova ascensão conservadora na América Latina, a partir da década de 1980 e a adoção das medidas neoliberais preconizadas pelo Consenso de Washington, a ideia de

integração da região recebe o enfoque do regionalismo aberto, convergindo agora para o paradigma neoliberal da economia de livre mercado. É nesse contexto que, em 1990, surge a proposta, por parte dos Estados Unidos, de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Chegamos ao século XXI com a constatação de que ambas as propostas, tanto a cepalina, de um mercado comum¹, na forma de um regionalismo “para dentro”, quanto a neoliberal, de uma zona de livre comércio² das Américas, na forma de um regionalismo aberto, haviam fracassado.

Em contraposição as ideias da CEPAL, que eram consonantes com a teoria desenvolvimentista, irá surgir a Teoria da Dependência, que desacreditava da ideia do desenvolvimento por etapas e de uma burguesia nacional capaz de promover o desenvolvimento das nações latino-americanas. Segundo a Teoria da Dependência, o subdesenvolvimento será visto como um produto do desenvolvimento capitalista mundial, ou seja, a existência de uma periferia capitalista em relação a um centro desenvolvido é interpretada como uma forma específica de capitalismo (DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

No âmbito da Teoria da Dependência, Ruy Mauro Marini, um dos seus maiores expoentes, desenvolve o conceito de subimperialismo, para explicar o fenômeno da emergência de subcentros econômicos e políticos como o Brasil, no contexto da nova divisão internacional do trabalho. De acordo com Luce (2011, pág. 9), “tais subcentros passavam a ocupar uma posição intermediária entre centro e periferia, apresentando, porém, peculiaridades que os diferiam da categoria da semiperiferia”. Para Marini (2012), essas condições peculiares, que se verá ao longo do trabalho, bem como sua ascensão ao posto de potência regional da América do Sul, durante o regime militar, fará do Brasil, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, uma potência subimperialista na região, intermediária em relação ao imperialismo norte-americano.

No início do século XXI, com a ascensão dos governos de esquerda e do neodesenvolvimentismo na América do Sul, o tema da integração entra novamente na pauta da agenda de política externa e ganha novo fôlego, frente ao fracasso das políticas neoliberais

¹ Mercado Comum: corresponde a classificação dos blocos econômicos, cuja forma de integração busca que as economias dos países membros constituam um único espaço econômico. É uma forma mais complexa que zona ou área de comércio e união aduaneira.

² Zona de livre comércio: corresponde a classificação dos blocos econômicos num estágio de integração mais superficial. É o espaço geográfico onde os países componentes negociam a eliminação das barreiras existentes para os bens produzidos na zona, mas preservando a autonomia da sua gestão econômica.

adotadas nas décadas de 1980 e 1990, colocando a questão da integração regional como parte da estratégia de fortalecimento das economias sul-americanas.

De acordo com Bandeira (2002), no final dos anos 1990, embora a situação econômica e financeira do Brasil fosse crítica, assim como a das demais nações sul-americanas, o País possuía um dos dez maiores parques industriais do mundo, e mais de 50% de suas exportações eram compostas por manufaturas, com tecnologia avançada, superando *commodities* como o açúcar, o café e o cacau, entre outras. Além disso, o Brasil ocupava lugar de mediador nos conflitos da região.

No início dos anos 2000 e durante os dois mandatos do governo Lula (2003-2006 e 2007-2010) o protagonismo do Brasil, na proposição e na condução de uma agenda de Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) fez reacender o debate em torno do tipo de integração que está se desenhando no subcontinente sul-americano. No âmbito da integração regional defendida pelo Brasil, identifica-se como adequada a aplicação do conceito de subimperialismo na perspectiva da IIRSA, para compreender o papel do Brasil neste novo processo da integração.

Embora uma integração mundial do comércio seja uma tendência reforçada pela globalização, esta é uma tarefa muito mais difícil considerando as inúmeras barreiras e diferenças existentes entre os países. A eliminação dessas barreiras, aparentemente, torna-se mais fácil através de um processo gradual, envolvendo países mais próximos, como ocorre em outras regiões do globo, como por exemplo a União Europeia. Ainda assim surgem contradições, tanto de ordem política, quanto econômica, passando por barreiras culturais. Nesse sentido, busca-se abordar essas contradições sem afastar-se do objetivo central do trabalho que é o de compreender o protagonismo brasileiro dentro do subcontinente sul-americano com ênfase no conceito de subimperialismo.

Para a consecução desses objetivos, no capítulo II aprofundar-se-á o tema da integração regional no decorrer do século XX, na busca de argumentos para compreender, no capítulo III, a dimensão da IIRSA, fruto de uma proposta brasileira, cujo objetivo é promover a integração física do continente, através da modernização da infraestrutura de transporte, comunicação e energia.

Os capítulos IV e V serão dedicados a compreensão da Teoria da Dependência e do conceito de subimperialismo para, finalmente, no capítulo VI verificar-se a hipótese de subimperialismo brasileiro no âmbito da IIRSA.

2 A CEPAL: DA INTEGRAÇÃO REGIONAL AO REGIONALISMO ABERTO

Em 1947, com o estabelecimento do Acordo geral de Comércio e Tarifas (GATT)³, sigla do nome em inglês, *General Agreement on Tariff and Trade*, do qual Brasil e Chile são membros fundadores (1947), com adesão mais tarde de países como Uruguai (1949), Peru (1950), e Argentina (1967), os acordos preferenciais de comércio entre os países latino-americanos, que cumpriam papel importante desde a década de 1930, começam a perder importância.

O GATT traduzia o interesse das grandes nações mercantis, buscando “alcançar um padrão mais livre e ‘justo’ de comércio com redução de tarifas” (BAUN, 2003, pág. 122, grifo da autora) e a eliminação do maior número de barreiras. A diminuição generalizada de tarifas, o aumento das importações advindas de outras regiões e finalmente a diminuição das exportações em consequência da Guerra da Coreia (1950 a 1953) ocasionaram a diminuição gradativa do comércio intra-regional. Diante dessa situação era imprescindível que os governos da América do Sul buscassem uma saída.

A partir de meados do século XX as propostas de integração regional ganham nova dinâmica com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)⁴ em 1948. A comissão foi criada para estudar os problemas concretos das economias latino-americanas e propor soluções que as tirassem do subdesenvolvimento. Segundo Esteves (2008), a CEPAL terá enorme influência política na região por seu enfoque econômico e, a integração, paralelamente às suas teses, passa a ser vista como uma etapa para se chegar ao desenvolvimento, cujo conceito ligava as causas do subdesenvolvimento a condicionantes da economia mundial, através de uma crítica ao liberalismo econômico.

A noção de desenvolvimento da CEPAL baseava-se na concepção de crescimento econômico com base na superação do atraso da América Latina frente aos países centrais, devendo, portanto, alcançar o desenvolvimento tecnológico já observado nos países

³ Na prática, o GATT, foi o instrumento multilateral a tratar das políticas aduaneiras dos Estados signatários, uma vez que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) não chegou a efetivar-se.

⁴ A CEPAL foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Ela é uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU) e possui 44 estados e oito territórios não independentes como membros. Além dos países da América Latina e Caribe, fazem parte da CEPAL o Canadá, França, Japão, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido, Itália e Estados Unidos da América.

desenvolvidos. A consecução dos objetivos de superação teria no Estado, um papel-chave orientando a consolidação de uma política de industrialização.

De acordo com esse enfoque a integração regional, tema mencionado desde o documento inaugural da teoria cepalina, *Estudio econômico de América Latina* (1949), do economista argentino Raul Prebisch,⁵ está associada a ideia de fortalecimento das economias nacionais. Ainda sobre a integração como parte integrante do desenvolvimento, Celso Furtado, um dos maiores expoentes da CEPAL, afirmou em 1969: “Dessa maneira, a teoria da integração passa a se constituir numa espécie de etapa superior da teoria do desenvolvimento, e a política de integração assume ares de uma forma avançada de política de desenvolvimento” (FURTADO, 2000, pág. 331).

Um dos pressupostos fundamentais de todos os diagnósticos e propostas da CEPAL a cerca da integração era o de contribuir para superar o desequilíbrio externo, bem como os “estrangulamentos externos” que os países que conseguissem galgar estágios superiores de desenvolvimento, ainda assim, estariam sujeitos. De acordo com Gonçalves (2011) os estrangulamentos ocorreriam no decorrer do processo de substituição de importações, devido à necessidade cada vez maior de importar dos países centrais e por outro lado a dificuldade cada vez maior de exportar para o mercado mundial, ou seja, a integração regional apresentava-se como uma alternativa para o crescimento desigual, entre si e entre os países latino-americanos e os desenvolvidos, promovendo um desenvolvimento “para dentro”, fortalecendo assim os países da região.

A proposta de integração regional da CEPAL, de acordo com Esteves (2008), englobava toda a América Latina num mercado comum, onde as assimetrias entre os países deveriam ocupar uma importância central exigindo negociações para cada produto, permitindo que os países menos desenvolvidos pudessem manter determinados níveis de protecionismo aos seus mercados internos.

Nesse contexto, surge a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960, porém a proposta se afastava do estudo da CEPAL “O Mercado Comum Latino Americano” de 1957. A proposta da CEPAL rumo a um mercado comum, também chamada de regionalismo fechado, para diferenciar da proposta neoliberal de regionalismo aberto que surge mais tarde, defendia a necessidade de uma integração gradual que concedesse

⁵Renomado economista argentino Raúl Prebisch, que havia exercido os cargos de subsecretário de Agricultura e Finanças e de diretor geral do Banco Central da Argentina. É convidado a integrar o *staff* técnico da CEPAL em 1949.

tratamento diferenciado às economias mais vulneráveis, para impedir que se reproduzisse no subcontinente o mesmo modelo de divisão internacional do trabalho, vigente entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A ALALC acabou refletindo uma confrontação de interesses políticos, ao adaptar-se ao GATT e o que acabou prevalecendo foi uma zona de livre comércio nos moldes da ortodoxia do comércio mundial, ou seja, uma liberalização progressiva que mais tarde deveria convergir na liberalização plena e generalizada sem, no entanto, permitir o crescimento das economias nacionais. Diante das assimetrias entre os países membros, os benefícios acabariam por se concentrar nos países mais industrializados. Ainda que a região pudesse obter vantagens como um todo, a menos que cada país tivesse um produto para se beneficiar das vantagens comparativas tornando os efeitos equivalentes, as trocas se tornariam desiguais.

Em suma a ALALC, no início dos anos 1970, não havia atingido muito mais do que incrementar os fluxos de comércio intra-regional. Diante da heterogeneidade da região, de um lado a experiência não contribuiu para uma acumulação de capital nos países mais industrializados e, por outro, não houve uma mudança da estrutura industrial e do processo tecnológico dos menos desenvolvidos como desejava a CEPAL. A limitação estrutural dos países subdesenvolvidos refletiu sobre a ALALC, que acabou se adaptando às diretrizes do GATT. “Diante da falta de outras políticas, domésticas e externas, a integração, insuficiente por si só para superar a dependência, não poderia fazer muito mais do que aprofundá-la [...] Teria sido necessária uma iniciativa política muito mais radical” (MONCAYO, 2008, p. 54).

As conclusões de Moncayo (2008) em seu livro “Nem um, nem outro”, cujo título refere-se ao fracasso tanto da superação do desenvolvimento quanto da proposta de integração regional, corroboram com o cenário econômico que se verificaria na América do Sul no final da década de 1980, considerada a década perdida. Pouco se ouviu falar no tema da integração regional nesse período uma vez que o continente se rendia definitivamente a ortodoxia liberal através do conjunto de medidas impostas pelo Consenso de Washington ⁶ como garantia ao apoio financeiro.

⁶ O Consenso de Washington foi o nome dado para um conjunto de medidas formulado por economistas de instituições financeiras, baseadas em Washington D.C, em novembro de 1989, que se compõe de dez regras básicas: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização das estatais; desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); e direito à propriedade intelectual.

No início dos anos 1990, a CEPAL aponta um caminho diferente acerca do tema integração, embora nesta época a instituição já tivesse perdido sua influência política entre os dirigentes dos países sul-americanos. A entidade abandona os pressupostos do desequilíbrio externo e de acordo com Moncayo (2008), adota o entendimento de que a crise dos anos 1980 e os ajustes propostos pelo Consenso de Washington teriam sido inevitáveis preconizando a necessidade de extrair lições para o futuro.

E o que é pior, não faz distinção entre esgotamento de um modelo, por acaso a sua própria política de desenvolvimento, e as políticas que se seguiram depois da orgia de endividamento externo e atração indiscriminada de investimento estrangeiro. [...] Mas tais lições, ao que parece, se limitariam a equívocos de política econômica, fruto de confusões. [...] Em outras palavras, a CEPAL foi incapaz de compreender a crise, justamente porque, diante da expansão, corrigiu sua teoria na direção equivocada (MONCAYO, 2008, p.65).

O resultado da avaliação da crise dos anos 1980 e dos ajustes orientados pelo Consenso de Washington, ao contrário da sólida construção teórica da metade do século XX, aparecia agora como nuances da doutrina neoliberal, ou seja, equilíbrio macroeconômico de curto prazo, mudanças institucionais e maior abertura da economia. A integração ressurgia sem o enfoque estratégico de corroborar para o avanço estrutural nos marcos da industrialização, que era o foco da proposta da CEPAL no período anterior. Mesmo sem o peso do pensamento intelectual apresentado anteriormente cabe destacar a mudança de mentalidade da CEPAL, orientando-se para o que ela passou a chamar de regionalismo aberto.

Nesse contexto, a integração passou a se dar, não mais por um enfoque regional e sim por grupos de países ou acordos sub-regionais, como o Mercado Comum Centro-Americano, recriado em 1993; o Pacto Andino de 1969, atual Comunidade Andina de Nações (CAN), e que ganha nova dinâmica em 1993; o Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado em 1991. Os acordos bilaterais com os países centrais também ganharam ênfase. Essas práticas contrastavam, não apenas com o antigo enfoque cepalino, mas também, com o regionalismo dos países desenvolvidos como o caso da União Europeia, com foco na integração dos países mais próximos e que possuía elevado protecionismo.

As integrações sub-regionais e os acordos bilaterais com os países centrais, aliados à abertura comercial, não promoveram nenhuma transformação expressiva no padrão de especialização produtiva dos países envolvidos, embora iniciativas como CAN e Mercosul tenham permitido o avanço da pauta de exportações de manufaturas de alguns países como Brasil e Argentina, porém sem que se verificasse uma convergência entre regiões

desenvolvidas e atrasadas como pressupõe alguns modelos econômicos de crescimento endógeno que defendem “que os países mais pobres são mais pobres porque são menos avançados tecnologicamente do que os demais” e que “com o passar do tempo, suas economias se tornam mais sofisticadas, seja pela importação de tecnologia dos países avançados, seja pelo desenvolvimento de sua própria tecnologia” (BLANCHARD, 2007, p.241), como se verificou em países como França, Reino Unido e principalmente Japão, entre os anos de 1950 e 1973. Na América Latina o que se verificou foi o aprofundamento de assimetrias. O resultado das políticas orientadas para um regionalismo aberto foi o de crescimento do comércio, sem que isso significasse necessariamente uma elevação do produto.

Por outro lado cabe ressaltar que houve uma inserção econômica internacional maior da América Latina no setor financeiro, impulsionado pelas transformações tecnológicas ocorridas no final do século XX, nas áreas de informática e comunicação. No entanto, o novo fluxo de capital estrangeiro não chega a acarretar benefício para a América Latina uma vez verificada a grande volatilidade desses capitais. Nota-se também um grande fluxo de Investimento Externo Direto (IED) ao observarmos o advento das montadoras, principalmente no México, mas também no Caribe, orientado para o mercado dos Estados Unidos, superiores aos IEDs feitos nos demais países da América Latina. No entanto, são casos isolados que não chegam a constituir uma mudança nos padrões produtivos da região.

Diante dos avanços tecnológicos, o setor de bens, principalmente de produtos básicos, passa a representar uma pequena parte do comércio em escala mundial sendo preferenciais os produtos com vasto agregado tecnológico, conferindo à América Latina a manutenção do seu antigo papel de exportador de bens primários, cabendo-lhe agora agregar o papel de exportador de recursos financeiros líquidos, além de enfrentar grandes dificuldades em atrair crédito.

Porém, a crise mexicana de 1994 e a crise que afetou a economia argentina durante a década de 1990 e início da década de 2000, além de um conjunto de condições externas como a redução da taxa de juros nos Estados Unidos e a recessão das principais economias desenvolvidas, e internas, como a renegociação da dívida externa e a implementação do Plano Real, fundamentais para a retomada da credibilidade brasileira, tornaram o Brasil mais atraente, o que caracterizou uma retomada dos fluxos de capitais para o País, contribuindo ainda mais para o seu papel de maior economia da América do Sul.

2.1 A INTEGRAÇÃO POLARIZADA PELOS ESTADOS UNIDOS

Ao final do século XIX nenhuma nação europeia tivera a iniciativa de desafiar a Doutrina Monroe. Com o fim da *Pax Britânica*, os Estados Unidos e a Alemanha eram agora as duas maiores potências mundiais. Os Estados Unidos reinavam soberanos política, militar e economicamente no continente, o que leva o presidente Theodore Roosevelt a reavivar, em 1904, a Doutrina Monroe, através do Corolário Roosevelt, em que os Estados Unidos declaravam-se, agora, dispostos a agir diretamente, através de intervenção militar, nos assuntos internos dos demais países do continente, atribuindo-se o papel de “policia” da região.

É sabido que a América Latina, desde a Doutrina Monroe⁷, celebrizada na frase “América para os americanos”, no início do século XIX, passando pelo Corolário Roosevelt⁸, marco de um período de controle direto dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos no início do século XX, e pela Guerra Fria, principalmente após a Revolução Cubana de 1959, sempre esteve na mira dos Estados Unidos. A importância geográfica e econômica da América Latina, sobretudo da América do Sul, como fonte de matérias-primas para a indústria bélica dos Estados Unidos ficou ainda mais evidente quando este tornou-se potência militar em meados do século XX, além do potencial comercial do subcontinente, muito bem representada pelo tamanho do seu território (17.840.000 km²) e uma população estimada em mais de 380 milhões de pessoas (2011).

Embora condenassem as políticas de esfera de influência e de equilíbrio de poder [...] os Estados Unidos não renunciaram à hegemonia na América Latina. Assim como fizeram em 1919, no Pacto da Liga das Nações por meio do Art. 52 da Carta de São Francisco, os Estados Unidos reafirmaram a Doutrina Monroe reservando-se o direito de tratar unilateralmente as questões que eventualmente surgissem na América Latina sem se submeterem a um possível veto no Conselho de Segurança da ONU (BANDEIRA, 2009, pág.50).

⁷ A Doutrina Monroe foi proposta em 1823 pelo presidente James Monroe (1817-1825) e sintetizada na frase “América para os americanos”. e que consistia em assegurar para si hegemonia sobre o território ocidental, além de assegurar fontes de matéria-prima e mercados para seus produtos.

⁸ O Corolário Roosevelt foi um postulado de política externa norte americana afinada com a Doutrina Monroe. Foi o marco de um período de controle direto dos EUA sobre os países latino-americanos. Aliado ao slogan do “Grande Porrete”, o termo descrevia o estilo da diplomacia estadunidense a política externa dos EUA outorgava-se o papel de polícia internacional no Ocidente para proteger os interesses econômicos dos Estados Unidos na América Latina.

No cenário latino-americano o lento enfraquecimento das antigas oligarquias tradicionais, insatisfeitas com a ascensão dos governos populistas da América Latina a partir da década de 1930 e com o rumo nacional-desenvolvimentista que criava uma nova burguesia industrial, intensifica as alianças entre os grupos tradicionais insatisfeitos e os países centrais, principalmente norte-americanos, corroborando ainda mais para uma fragmentação dos interesses econômicos na região, culminando num grande fluxo de multinacionais norte-sul, principalmente na segunda metade do século XX.

No plano político, em 1947, foi assinado no Rio de Janeiro o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) com a premissa de que um ataque armado contra um Estado americano seria considerado uma agressão contra todos os demais Estados, além de se comprometerem a resolver disputas entre si antes de recorrer a ONU. Em 1948, durante a 9ª Conferência Interamericana, em Bogotá foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA), reiterando os interesses dos Estados Unidos em manter a segurança na região, ou seja, manter a soberania militar da potência do norte sobre as nações latino-americanas.

A expectativa de uma estratégia de desenvolvimento por parte dos Estados Unidos para a região, pós-II Guerra, especialmente para o Brasil, que se atribuía um papel de merecedor de uma aliança especial em função do seu apoio aos aliados na II Guerra, nunca chega a acontecer, muito embora ocorressem algumas ações isoladas, como a criação da Comissão Mista Brasil- Estados Unidos (1950), mas que também não chega a concluir seus objetivos. Já no Hemisfério Norte, o Plano Marshall, conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, foi o principal receptor de recursos técnicos e econômicos, visando a reconstrução dos países aliados da Europa, seguidos do Japão, com vistas a evitar o avanço socialista na Europa e na Ásia.

Quanto a questão comercial, tanto o presidente George W. Bush em 1990, quanto o presidente seguinte, Willian J. Clinton, em 1994, propuseram uma área de livre comércio que se estendesse desde o Alasca até a Terra do Fogo. O objetivo dos Estados Unidos:

[...] com a formação da ALCA, bem como da APEC (Asia-Pacif Economic Cooperation) e a celebração de mais de 200 acordos comerciais, entre os quais os da Rodada Uruguai, era construir uma rede de compromissos internacionais, de modo a modelar o sistema econômico mundial e fazê-lo funcionar em benefício da América, i. e., dos Estados Unidos, como centro mais dinâmico da economia global, no século XXI (BANDEIRA, 2008, pág. 52).

A proposta de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) ia ao encontro das recomendações do Consenso de Washington de liberalização econômica, flexibilização nos mercados financeiros e, num momento de insegurança econômica, com crises e ameaça de moratória, a agenda dos países não parecia ter como prioridade a ALCA.

No curso das transformações políticas e econômicas pelas quais a América Latina passou, na segunda metade do século XX, vale ressaltar, mais uma vez, a chegada ao final deste século sem que os Estados Unidos tivessem conseguido levar a cabo sua proposta de criação da ALCA, muito embora a proposta da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) também tivesse fracassado.

3 A IIRSA

Paralelamente a ascensão de governos progressistas na América do Sul, como se viu na Venezuela, Bolívia, Equador, Brasil e Argentina, a integração regional, nos primeiros anos do novo milênio, vai ocupar a agenda de política externa brasileira dos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, especialmente no seu segundo mandato (1999-2002), porém ganhará força com a ascensão da esquerda ao poder, nas duas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). A integração defendida pelos dois presidentes brasileiros estará fortemente voltada para a integração física do subcontinente sul-americano, através de projetos nas áreas de transporte, energia e comunicação.

Dentro dessa estratégia, em 31 de agosto e 1º de setembro de 2000, ocorreu em Brasília a primeira reunião de cúpula dos chefes de Estados da América do Sul, convocada pelo então presidente Fernando Henrique, com o objetivo de discutir a integração regional. Esta foi a primeira reunião de cúpula dos 12 países sul-americanos⁹ e teve como tema “Democracia, Comércio, Infra-estrutura de Integração, Drogas e Delitos Conexos”. O convite, restrito a estes países, deixava claro o direcionamento da política externa brasileira para a América do Sul e o resultado mais expressivo deste encontro foi o lançamento da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

A proposta pressupunha uma integração “que modernizasse as relações e potencializasse a proximidade sul-americana, rompendo os obstáculos fronteiriços e formando um espaço ampliado através de obras e articulações nas áreas de transportes, energia e comunicações” (BANDEIRA, 2009; pág. 84).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi convidado pelo governo brasileiro a colaborar no “nascimento da IIRSA” e apresentou o documento “Um Novo Impulso à Infraestrutura Regional na América do Sul”. Segundo divulgado pelo próprio banco:

[...] os conceitos-base da IIRSA emanaram deste documento: (i) construção de uma visão comum da infraestrutura, trabalhando sinergicamente com três setores – transporte, energia e comunicações; (ii) utilização do conceito de Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), uma inovação que permitiu aos países trabalhar como planejamento além das suas fronteiras; e (iii) identificação e organização de uma Carteira de Projetos e simultaneamente o

⁹ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela são os países que compõem a América do Sul. Somam-se ainda três territórios: Guiana Francesa, território da França, as Ilhas Falkland (ou Malvinas) e Sandwich e Geórgia do Sul, que pertencem ao Reino Unido.

estabelecimento de marcos regulatórios e normativas compatíveis (BID, 2010, pág. 5).

No documento do BID (2010), a concepção de regionalismo do banco apresenta-se também como regionalismo aberto ou novo regionalismo. A seguir destacamos os pressupostos do regionalismo aberto defendido pelo BID:

- a importância dos investimentos estrangeiros diretos, oriundos dos países centrais;
- a promoção da iniciativa privada;
- participação estratégica dos países do Cone Sul nas instituições que atuam na organização e regulamentação do comércio internacional;
- promoção de acordos bilaterais entre países da América Latina e nações industrializadas; e
- participação restrita do Estado na atividade econômica.

O BID, desde o início, ocupou posição de destaque dentro do projeto, como se verá a seguir, assumindo papel de condutor técnico, dirigindo o processo de prospecção dos projetos que integrariam a IIRSA.

3.1 OS EIXOS DE INTEGRAÇÃO DA IIRSA

O conceito de eixos de integração e desenvolvimento é uma concepção ampliada da ideia de polos de desenvolvimento. Segundo Silva (2004), na visão dos polos os centros regionais são o centro dinâmico do desenvolvimento, enquanto para a noção de eixos o dinamizador do desenvolvimento são as redes que darão maior velocidade e eficiência às ações pretendidas.

A concepção de Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) já vinha sendo utilizada no Brasil, primeiramente, através de um estudo coordenado pelo empresário Eliezer Batista, ex-presidente da Vale do Rio Doce e ex-secretário de Assuntos Estratégicos no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), onde direcionou a atuação da Secretaria, especialmente durante crise do setor elétrico. O estudo concluído por Batista em 1996, teria tido origem num pedido de Fernando Henrique, quando ainda era ministro da Fazenda do governo do presidente Itamar Franco (1992-1995). De acordo com Gonçalves (2004, p. 54; apud DANTAS; CALDAS, 2003), já em 1996, o estudo de Batista “esboçava a estratégia de

integração física sul-americana como elemento impulsionador do desenvolvimento regional”. Mais tarde o conceito foi utilizado na formulação dos Planos Plurianuais (PPAs) de (1996-1999 e 2000-2003) do presidente Fernando Henrique.

Essa orientação do plano de ação governamental com base em EID tem maior destaque no PPA 2000-2003, quando o BNDES contratou um consórcio de empresas especializadas para a execução do estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Este estudo, de acordo com Valdes (2011), serviu de base para o programa de investimentos público e privado do governo federal *Avança Brasil* (2000). Para o estudo sobre os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), sob supervisão do BNDES e do Ministério do Planejamento, foi constituído o “Consórcio Brasileira” formado pelas empresas Booz Allen & Hamilton do Brasil Consultores, Bechtel Internacional Incorporation e Banco ABN Amro. A consultoria Booz, Allen & Hamilton é a mesma contratada pelo BID para a elaboração do chamado “Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional na América do Sul”, como se verificará no próximo subcapítulo, uma das etapas do projeto da IIRSA, apresentado na reunião do Comitê de Direção Executiva (CDE) realizada em Caracas, Venezuela, em julho de 2003.

Algumas hipóteses para essa coincidência, segundo Gonçalves (2004), além da relevância que o BNDES adquire no processo de integração regional, como será visto adiante, é o fato de que nos primeiros anos da IIRSA o banco era o principal parceiro do BID na América do Sul, com 14 operações realizadas até 2003. O forte protagonismo brasileiro ficou evidente quando da contratação do brasileiro Mauro Marcondes Rodrigues para a Coordenadoria Especial para o Programa de Integração Física Sul-Americana do BID em 2003.

De acordo com Luce (2007), antes mesmo da I Reunião de Cúpula dos países Sul-Americanos, já estava em curso no BID um estudo prospectando os principais projetos de obras de infraestrutura da América do Sul, elencados como prioritários pelo banco. O estudo planificava uma cooperação geoeconômica fundada na concepção do novo regionalismo ou regionalismo aberto. As diretrizes do BID orientavam para uma articulação do setor privado que permitisse aos países da América do Sul, combinando importantes recursos entre naturais, humanos e financeiros, fazer frente aos mercados externos à região.

Na proposta do BID para a IIRSA, a síntese da integração da infraestrutura física baseava-se em cinco processos setoriais e 10 eixos de integração. Como se verá, os processos setoriais correspondem a realização da integração física a ser promovida pelos eixos,

interligando a América do Sul de leste a oeste, de norte a sul e conectando o continente com todos os mercados internacionais via Oceano Atlântico e Pacífico.

Os cinco processos setoriais, segundo o BID (2010):

- instrumentos para o financiamento de projetos de integração física regional;
- integração energética;
- facilitação das passagens de fronteira;
- sistemas operativos de transporte aéreo; e
- tecnologias da informação e da comunicação.

Amparado num plano de ação estratégico envolvendo as áreas de transporte, telecomunicações e energia, os 10 EIDs definidos nos três primeiros anos de trabalho sinalizavam a estratégia de integração física do continente sul-americano como o elemento propulsor do desenvolvimento regional que iriam nortear a IIRSA. Havia ainda a necessidade de promover mudanças de âmbito legal e regulatórios para além dos projetos físicos de forma a promover a desburocratização do comércio exterior na região facilitando a circulação de mercadorias.

Os 10 eixos de integração da proposta inicial da IIRSA com os dados mais recentes encontrados sobre cada um deles encontram-se no quadro abaixo.

Quadro 1: IIRSA - Eixos de Integração e Desenvolvimento

EIXO	ÁREA DE INFLUÊNCIA	HABITANTES EM MILHÕES	PIB US\$ BILHÕES	INVESTIMENTO US\$ BILHÕES
ANDINO	BO CO EC PE VE	103,5	361,8	9,9
ANDINO DO SUL	AR	-	-	-
CAPRICÓRNIO	BIOCEÂNICA	49,9	228,9	17,9
HIDROVIA PARAGUAI-PARAMÁ	AR BO BR PY UY	73,2	419,3	7,5
AMAZONAS	PACÍFICO BR	119,5	815,2	25
ESCUDO GUAYANES	BR GY SR VE	24,5	199,9	4,5
SUL	BIOCEÂNICA	5,8	34,5	2,7
INTEROCEÂNICO CENTRAL	BIOCEÂNICA	92,6	485,8	8,9
MERCOSUL-CHILE	CH AR PY UY BR	137,3	852,4	54,6
PERU-BRASIL-BOLÍVIA	PE BR BO	10,2	20,4	32,1

Fonte: adaptado de <http://www.iirsa.org>

É inegável o caráter colossal e ambicioso da integração regional proposta e os investimentos previstos, para sua efetivação, atualmente estimados em aproximadamente US\$ 165 bilhões. Também não restam dúvidas de que, uma vez concretizada, a IIRSA não só interligaria o mercado regional com os mercados mundiais, como também permitiria o acesso fácil do grande capital as imensas riquezas da região.

Entre os eixos descritos acima destacamos o Eixo Amazonas, o Eixo Perú-Brasil-Bolívia e o Eixo Mercosul-Chile. Os três somados correspondem a aproximadamente dois terços de todo o investimento previsto para a IIRSA.

Figura1: Eixos de Integração da IIRSA



Fonte: <http://brasil.indymedia.org/eo/red/2009/05/447140.shtml>

O Eixo Amazonas interligará o Brasil, Colômbia e Equador, interligando os oceanos Pacífico e Atlântico através da Amazônia. O projeto prevê o acesso ao petróleo e ao gás colombianos além de suas reservas de ouro e de metais básicos e as reservas de matéria-prima da Amazônia. O eixo permitirá ainda a expansão do agronegócio na região.

O Eixo Peru-Bolívia Brasil, permite a integração de Porto Velho, em Rondônia até os portos do Pacífico (Maratani e Ilo), no Peru, passando por Rio Branco, capital do Acre. O trecho integra-se ao Eixo do Amazonas. Esta etapa da integração também dará enorme respaldo ao agronegócio da soja de Rondônia e do Mato Grosso, permitindo ainda o incremento nas negociações com o Caribe e América Central e investimentos em novas hidrovias na Bolívia. Aqui faz parte um estudo para ligar a capital da Guiana, Georgetown ao Amapá.

Figura 2: Eixo Mercosul - Chile



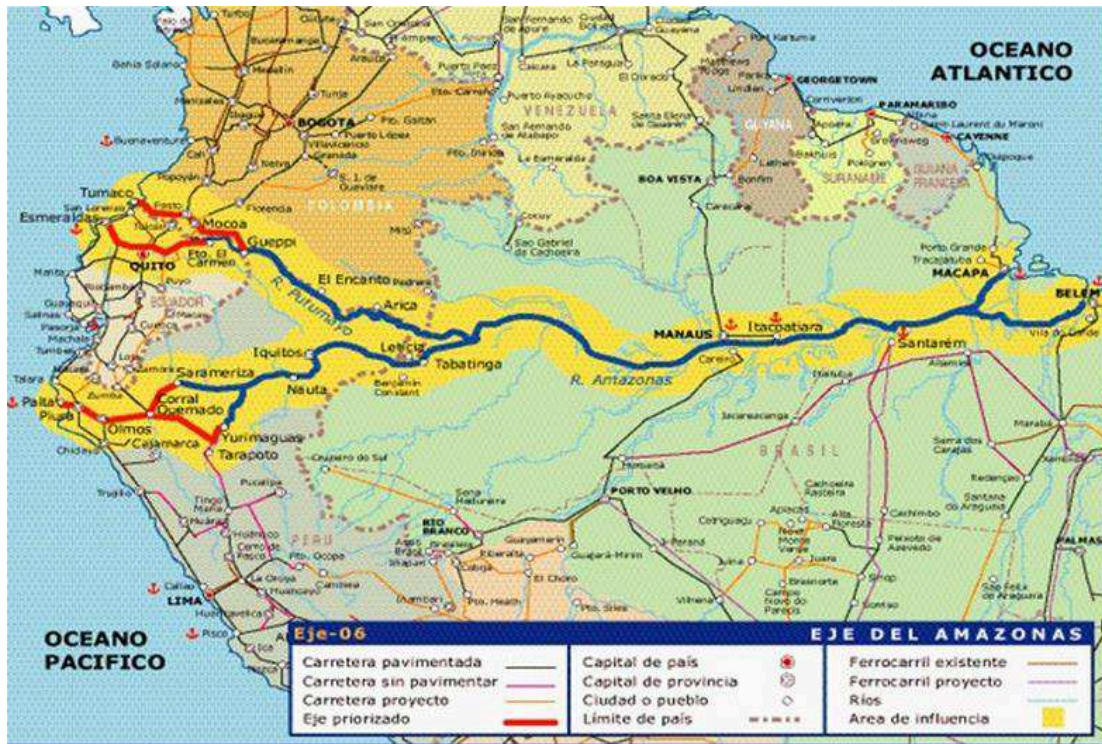
Fonte: <https://nuevomundo.revues.or>

O Eixo Mercosul-Chile é o mais ambicioso. Sozinho ele perfaz quase um terço dos investimentos previstos para a IIRSA. A área de abrangência do Eixo atravessa uma boa parte da região de norte a sul e incorpora a ligação entre os principais centros econômicos e os principais portos dessa região, passando por Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil. Entre os principais produtos exportados pelos países do Eixo estão cobre refinado, grãos de soja, petróleo cru, minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados e tortas e farinhas de sementes oleaginosas. Sozinhos estes produtos somam 34 % do total dos produtos exportados pelos países do Eixo.

Para o Brasil o Eixo Mercosul-Chile beneficiará os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entre os setores industriais brasileiros beneficiados estão: automotivo, químico, de alimentos, metalurgia, siderurgia, celulose, papel e cimentos. Outros setores beneficiados são o setor agropecuário, o de têxteis e o de turismo. No Uruguai o setor pecuário (bovino, ovino, couro, lã, lácteos, entre outros) e a produção agrícola serão igualmente beneficiados. No Chile alguns dos setores beneficiados serão as

refinarias de petróleo e minerais da região, a produção de videiras viníferas e a produção industrial de alimentos e bebidas, tabaco e turismo, entre outros.

Figura 3: Eixo Amazonas



Fonte: <https://nuevomundo.revues.org>

3.2 A ETAPA DE PLANEJAMENTO

Para a consecução dos objetivos da IIRSA, os países envolvidos definiram que três instituições trabalhassem juntas. Além do BID, a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro da Bacia do Prata (Fonplata) formariam um Comitê de Coordenação Técnica (CCT), coordenado e sediado pelo Instituto para a Integração da América Latina (INTAL), cuja instituição é uma unidade do BID.

Em 2003 foi dado início a etapa de planejamento da IIRSA, com Metodologia de Planejamento Territorial Indicativa (IPr-Lg), uma metodologia própria do banco, já utilizada pelo BID. Num primeiro momento foram identificados 524 projetos de integração em 47 grupos de projetos, cada qual com seus respectivos projetos âncora e investimento previsto de

US\$ 96 bilhões (BID, 2010). A metodologia previa o agrupamento de projetos que pudessem se beneficiar em conjunto de investimentos. O BID financiou, ainda, a contratação de uma consultoria (Booz, Allen & Hamilton) para a elaboração do “Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul”, que corroborou para a elaboração da “Ferramenta de Trabalho para o Desenho e uma Visão Estratégica Sul-Americana”, apresentada na reunião de julho de 2003, em Caracas na Venezuela, do Comitê de Direção Executiva (CDE) da IIRSA, integrado por representantes de todos os países da América do Sul.

Diante da cautela e da orientação do CDE, no sentido de ampliar a discussão entre os países e construir consensos diante das propostas do BID, o banco opta por nova estratégia e firma uma cooperação técnica com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), para, juntamente com as instituições do CCT, realizar *workshops* em cada um dos 12 países para “afinar” o debate sobre a IIRSA e seguir na consolidação de sua proposta estratégica.

Em 2004 os *workshops* elegeram nova carteira, agora com 350 projetos em 40 grupos e dentre eles foram eleitos 31 projetos estratégicos, que deram origem a Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010 (AIC), com investimentos estimados em 14 bilhões, aprovados pelo CDE e levados aos dirigentes dos 12 países na Reunião de Cúpula de Cusco, em dezembro de 2004 (BID, 2010).

3.3 OS FINANCIADORES DA IIRSA

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma instituição financeira regional, criada em 1959 para atuar na América Latina e Caribe com o objetivo de impulsionar o progresso econômico e social. Entre seus objetos estão o apoio a iniciativas para reduzir a pobreza, promover a equidade, fomentar a integração regional e o desenvolvimento sustentável em países latino-americanos.

O BID é constituído por 48 países, entre eles 26 membros mutuários latino-americanos. Juntos estes últimos possuem 50,02% do poder de voto na diretoria do BID. Os Estados Unidos sozinhos possuem 30% do poder de voto enquanto Brasil, Argentina e Venezuela juntos possuem 27,26% do poder de voto. Em relação a origem de seus recursos, a instituição utiliza capital próprio e recursos obtidos no mercado financeiro e de fundos que estão sob sua administração. A destinação de seus recursos concentra 65% do volume de

empréstimos para Argentina, Bahamas, Barbados, Brasil, Chile, México, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Sua sede fica em Washington, nos Estados Unidos e possui unidades em cada um dos países mutuários, além de representação em Tóquio e em Paris. Em julho de 2010, o Capital Social total autorizado do BID era de US\$ 170,9 bilhões.

A Corporação Andina de Fomento (CAF) é um banco de desenvolvimento da América Latina, fundado em 1970. É formado por 17 países da América Latina e Caribe, além de Espanha e Portugal e 14 bancos privados da região. A criação do banco faz parte da estratégia que fundou o Pacto Andino em 1969, atual Comunidade Andina (CAN)¹⁰, de estabelecer um modelo conjunto de desenvolvimento econômico, apoiado em ações comerciais e sociais, com auxílio de uma entidade multilateral de fomento, para os países considerados similares na época. Atualmente o Brasil é um membro associado da instituição.

Segundo dados disponíveis em sua página na rede de internet, a CAF promove um modelo de desenvolvimento sustentável através de operações de crédito, recursos não reembolsáveis e apoio em estruturação técnica e financeira para projetos envolvendo os setores público e privado da América Latina. Sua sede fica em Caracas, na Venezuela e possui escritórios em Buenos Aires, La Paz, Brasília, Bogotá, Quito, Madri, Cidade do México, Cidade do Panamá, Assunção, Lima, Montevideu e Porto Espanha. O capital autorizado da CAF em 2011 era de US\$ 10 bilhões de dólares. É considerada o maior agente de financiamento de projetos de infraestrutura da América Latina

O Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) é uma instituição multilateral formada por cinco países, Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil. Surgiu com o intuito de fomentar o desenvolvimento em torno da região da Bacia do Prata, através de operações de crédito e de recursos não reembolsáveis de pequeno e médio porte. Objetiva a integração dos países membros através de um desenvolvimento equitativo e inclusivo. Em 2010 o capital social do fundo era de aproximadamente US\$ 500 mil.

Essas três instituições convidadas a integrar o Comitê de Cooperação Técnica (CCT) da IIRSA, coordenado pelo BID, considerando os altos investimentos necessários para concretizar a integração física nos moldes da IIRSA, não escondem uma expectativa por parte

¹⁰ São fundadores da Comunidade Andina (CAN), Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Venezuela foi membro pleno até 2006. Chile originalmente foi membro entre 1969-1976, retirando-se durante a ditadura militar de Augusto Pinochet. Atualmente Chile é membro associado. Argentina, Brasil Paraguai e Uruguai também são membros associados. Bolívia se retirou em 2006.

do Brasil no sentido de conjugar esforços para a captação dos recursos exigidos. Porém, o plano de acesso facilitado ao crédito internacional via chancela do BID, não se concretizou.

Uma das críticas à IIRSA é que há poucos dados disponíveis sobre a estrutura de financiamento dos seus projetos, no entanto, alguns documentos nos dão uma pista dos resultados pretendidos pelo Brasil e dos resultados efetivamente alcançados nos primeiros 10 anos da iniciativa.

No “Balanço de Política Externa do Itamaraty (2003-2010) para a América do Sul” fica evidente o descontentamento brasileiro como o papel desempenhado por essas instituições, especialmente pelo BID. Segundo o documento:

Não obstante a presença do BID, CAF e Fonplata no Comitê de Coordenação Técnica (CCT) da IIRSA, e de sua contribuição financeira para a elaboração desses projetos, a maior parte dos resultados obtidos nos últimos anos no desenvolvimento da infraestrutura física regional em termos de obras executadas podem ser atribuídos aos programas brasileiros de financiamento à exportação, a cargo do BNDES e do BB-Proex, bem como à atuação individual da CAF. O Brasil aprovou, desde 2003, mais de US\$ 10 bilhões em financiamento a obras de infraestrutura na região. O BID, por sua vez, tem se limitado a prover financiamento para estudos e projetos (MP, [2010?], pág. 64).

Enquanto a declaração acima destaca o papel dos programas brasileiros de apoio ao projeto, no montante de US\$ 10 bilhões em financiamentos, em seu relatório “Os 10 anos do BID na IIRSA 2000-2010”, o BID apresenta o seguinte quadro:

Figura 4: Projetos da IIRSA apoiados pelo BID

Nº	Projetos	Eixo/Processo	Milhões de US\$	Países
1	Duplicação da Rodovia 14 entre Paso de Los Libres e Gualeguaychú	MERCOSUL - Chile	780,0	AR (BR)
2	Adequação do Corredor Río Branco—Montevideu—Colonia—Nueva Palmira	MERCOSUL - Chile	234,0	UY (AR-BR)
3	Duplicação do Trecho Palhoça—Osório (Rodovia Mercosul)	MERCOSUL - Chile	700,0	BR (AR-UY)
4	Nova ponte Presidente Franco—Puerto Meira com Centro de Fronteira Paraguai—Brasil	Capricórnio	80,0	PY-BR
5	Construção da Rodovia Pailón—San José—Puerto Suárez	Interoceânico Central	477,0	BO (BR-CH-PE)
6	Recuperação do trecho El Sillar	Interoceânico Central	120,0	BO (CH-PE)
7	Centro Binacional de Atendimento de Fronteira Desaguadero	Andino	7,5	BO-PE
8	Passagem de Fronteira Cúcuta—San Antonio do Táchira	Andino	2,0	CO-VE
9	Corredor viário Tumaco—Pasto—Mocoa—Puerto Asis	Amazonas	373,0	CO
10	Rodovia Paíta—Tarapoto—Yurimaguas, Portos e Centros Logísticos	Amazonas	681,2	PE (BR)
11	Porto Francisco de Orellana	Amazonas	105,3	EC
12	Rodovia Boa Vista—Bonfim—Lethem—Georgetown (1ª Etapa: Estudos)	Escudo das Guianas	3,3	GY-BR
13	Melhoramentos na Via Nieuw Nickerie—Paramaribo—Albina e Cruzamento Internacional do Rio Marowijne	Escudo das Guianas	105,0	SU-GY
14	Exportação por Envios Postais para Pequenas e Médias Empresas	TICs	5,0	Regional
15	Implementação de Acordo de Roaming na América do Sul	TICs	1,3	Regional
TOTAL			3.674,6	

Notas: ■ Perfil ■ Pré-execução ■ Execução ■ Concluídos

Fonte: BID, 2010, pág. 14

Embora não tenha sido possível levantar dados acerca dos investimentos privados aportados na IIRSA, ao final de 10 anos do lançamento da proposta, podemos ter uma ideia do montante de recursos públicos. O registro feito pelo Itamaraty (2010), onde constam US\$ 10 bilhões e o relatório do BID (2010) com aproximadamente US\$ 3,6 bilhões de investimentos, se somados, ficam muito aquém das pretensões estimadas inicialmente em US\$ 96 bilhões e que atualmente perfazem a soma estimada em US\$ 165 bilhões.

As expectativas originais, quando do lançamento da Iniciativa, em 2000, eram não apenas de que o BID poderia aportar maior volume de financiamentos, mas também de que os projetos sob a denominação IIRSA poderiam obter uma chancela ou selo de qualidade que lhes assegurasse maior acesso ao crédito internacional, para o quê o trabalho de divulgação

feito pelos bancos teria importante papel a desempenhar (MP, [2010?], pág. 64).

De acordo com Paim (2003) a CAF, além de ter sido a principal fonte de financiamento dos países da Comunidade Andina em 2003, é um dos maiores agentes de financiamento de projetos de infraestrutura e integração da América do Sul, com uma carteira de investimentos US\$ 6,18 bilhões sendo que deste montante 76,5% do total destinado a projetos de infra-estrutura. Até o encerramento deste trabalho não foi encontrado nenhum dado concreto sobre os aportes da instituição precisamente na IIRSA. O Fonplata anuncia em seu site oficial dois aportes em projetos da IIRSA, um no valor de US\$ 1.615.202 e outro no valor de US\$ 20.000. Esses investimentos representam uma parcela muito pequena para um período de 10 anos, tendo em vista a magnitude de recursos financeiros previstos.

Para se ter um parâmetro do que estas três instituições representaram no financiamento de projetos sul-americanos, em 2009 o BID operou com uma carteira de US\$ 8,25 bilhões nos países da região, excluído o Brasil (BID, 2009), a CAF, apesar de possuir capital autorizado expressivo de US\$ 10 bilhões, operou em 2009 com uma carteira de investimentos de US\$ 4,8 bilhões e, segundo dados disponíveis na página oficial o Fonplata, que possuía aporte total de capital em torno de US\$ 490 milhões, operou com uma carteira de investimentos de aproximadamente US\$ 421 milhões na região.

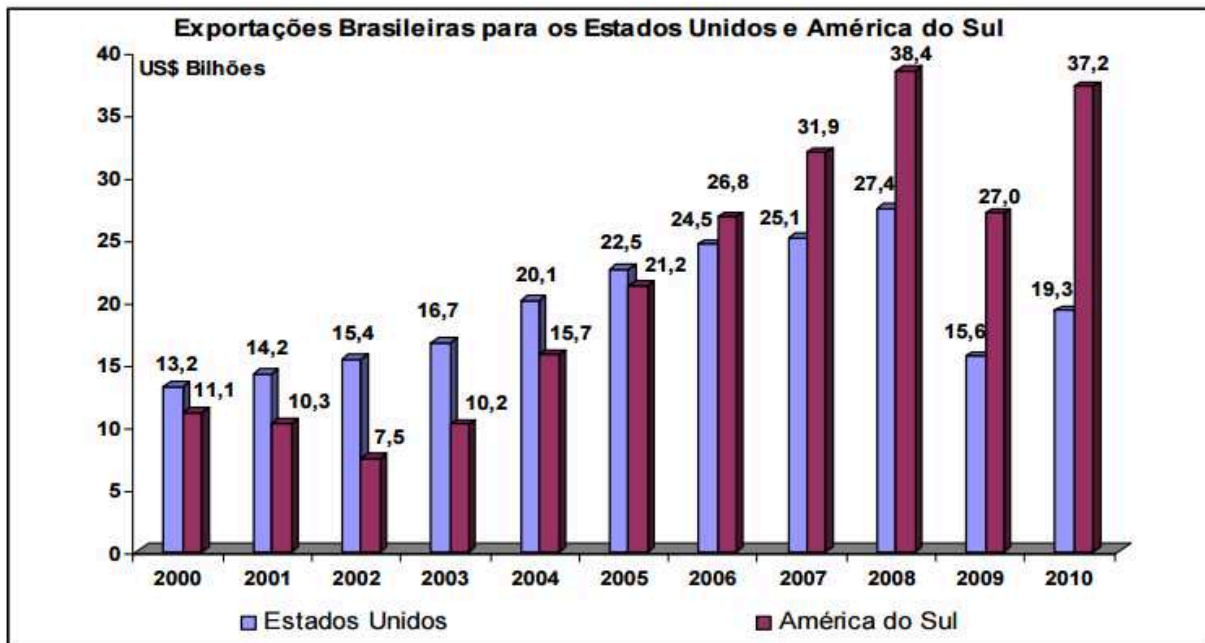
Do lado brasileiro, segundo declaração do presidente do BNDES, Luciano Coutinho, em setembro de 2009, o banco detinha uma carteira na América do Sul de US\$ 15,6 bilhões, a maioria de investimentos em infraestrutura, e contava com capital social estimado em US\$ 17,4 bilhões.

O que constatamos até aqui, sobre o CCT, foram instituições voltadas para a planificação e para os estudos da integração regional sem, no entanto, encontrarmos nenhum documento que revele um papel expressivo como financiadores ou aglutinadores dos recursos para a concretização da iniciativa.

3.4 O PAPEL DO BNDES

O aprofundamento das relações comerciais e políticas do Brasil para com a América do Sul no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), com o objetivo de concretizar a iniciativa de integração física do continente, iniciada no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), tiveram no Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), um papel central. Se no passado o BNDES foi criado com a vocação de apoiar a ampliação da infraestrutura nacional no contexto das substituições de importações lideradas pelo Estado, hoje parte da influência que o Brasil exerce na região se dá em função do financiamento, promovido pelo BNDES, na ampliação sul-sul de atuação das empresas brasileiras.

Gráfico 2: Exportações brasileiras para Estados Unidos e América do Sul (2000-2010)



Fonte: Valdez, 2011, pág. 60

Inicialmente os recursos do BNDES não estavam presentes no lançamento da proposta da IIRSA em 2000, que contava com ativos do BID, CAN e Fonplata. Por ocasião do I Seminário de Co-Financiamento BNDES-CAF, em 2003, o banco anunciou a criação de um departamento dedicado a integração sul-americana. O seminário contava com a participação de 12 representantes de países da América do Sul, que se encontravam reunidos para prospectar projetos e discutir possibilidades de financiamento. O novo Departamento de

Integração Sul-Americana do BNDES contaria com 22 técnicos e seria absorvido pela área de comércio exterior do banco, que operava com 42% do orçamento total da instituição.

A carteira de investimentos AEX/DECEX-5¹¹ foi criada, especificamente, para atender o mercado de exportações de serviços de infraestrutura. O banco condicionou a liberação de recursos somente às empresas brasileiras e incluiu como condição, que a aquisição de todo o equipamento utilizado nas contratações de serviços fosse adquirido no Brasil. Isso criava uma reserva exclusiva de mercado para as empresas brasileiras, gerando crescimento de escala e de escopo para a o capital nacional. Crescimento de escala no sentido do maior aproveitamento do sistema produtivo e escopo pelo incremento na aquisição de bens e serviços produzidos no Brasil. Ficava inegável o caráter do banco como instrumento da política exterior do governo Lula.

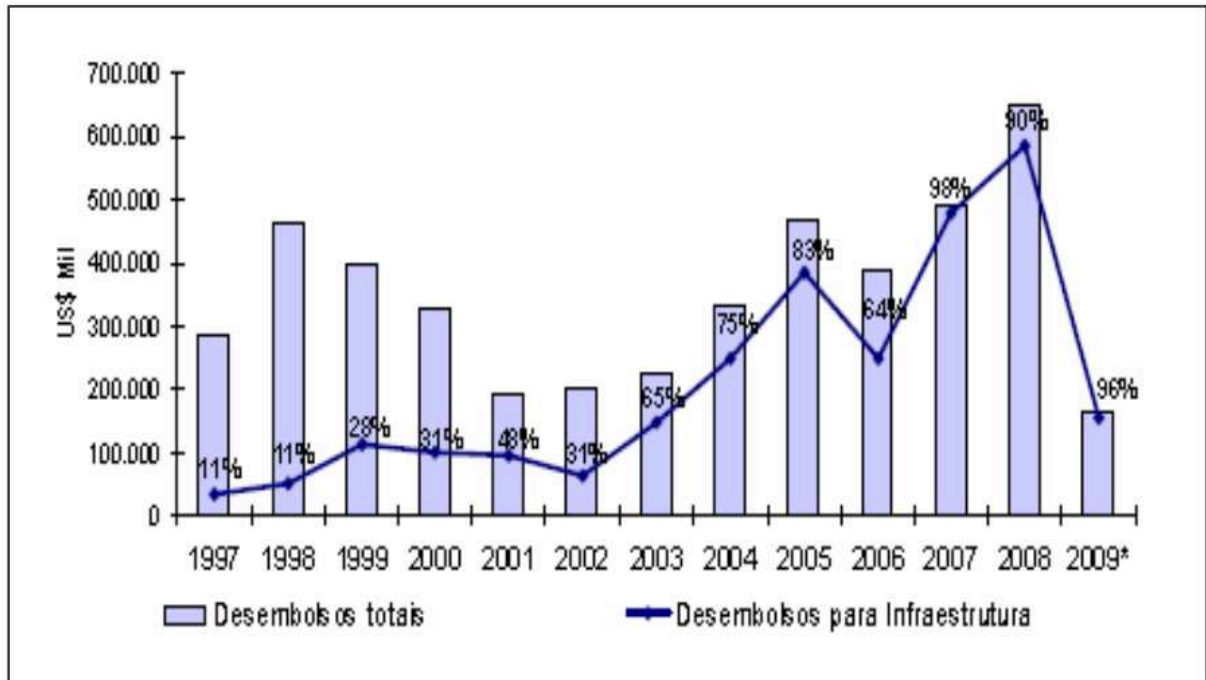
Com o propósito de adaptar o Banco à sua necessidade de ação internacional, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em outubro de 2002, aprovou, por decreto, o novo estatuto do Banco dando à instituição mais autonomia e agilidade para operar no exterior. O Presidente Lula, com o mesmo intuito de seu antecessor, a partir de 2003, prosseguiu com as mudanças no estatuto do Banco. O BNDES ficou então sujeito à supervisão do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, podendo instalar e manter, no País e no exterior, escritórios, representações ou agências. O BNDES passou, dessa forma, a ser o principal instrumento financiador da política de investimento do governo federal no exterior (VALDEZ, 2011, pág. 3).

Dentre as mudanças de estatuto do banco podemos destacar:

[...] II - financiar a aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País; III - financiar e fomentar a exportação de produtos e de serviços, inclusive serviços de instalação, compreendidas as despesas realizadas no exterior, associadas à exportação; [...] VI - contratar estudos técnicos e prestar apoio técnico e financeiro, inclusive não reembolsável, para a estruturação de projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social do País ou sua integração à América Latina (VALDEZ, 2011, pág. 3; apud DECRETO, 2002).

¹¹ A sigla AEX se refere Área Exterior e a sigla DECEX refere-se ao Departamento de Comércio Exterior, o número 5 refere-se a subdivisão que corresponde o Departamento de Integração Sul-Americana.

Gráfico 1: Desembolsos do BNDES destinados a América do Sul e Latina no Período de 1997-2009.



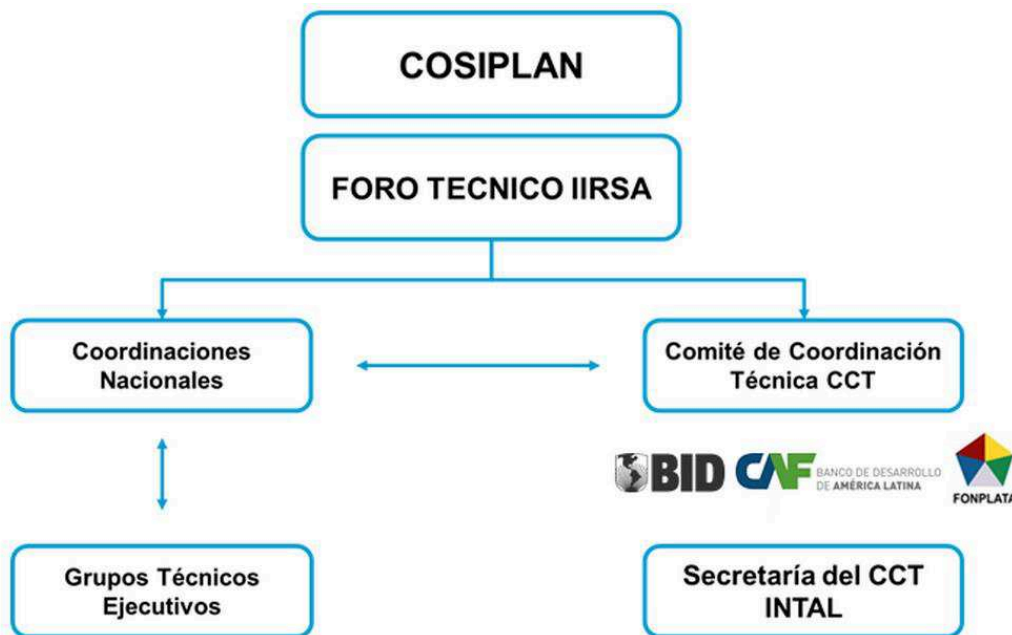
Fonte: Valdez, 2011, pág. 104

Através do BNDES, o Brasil assinou Protocolo de Cooperação com a CAF em 2003, comprometendo-se a apoiar financiamento para micro, pequenas e médias empresas de países acionistas da CAF, importação de bens e serviços de procedência brasileira, financiamento à importação e apoio a projetos na modalidade de *joint-ventures* de empresas brasileiras e de países acionistas da CAF.

3.5 OS NOVOS RUMOS NA CONDUÇÃO DA IIRSA

Paralelamente ao processo de implantação da IIRSA coordenado tecnicamente pelo BID, reuniões de cúpula dos Estados e encontros bilaterais seguiam dando o tom do protagonismo político brasileiro na integração. Às vésperas de completar 10 anos do nascimento da iniciativa, o Brasil incentivou a criação de um órgão institucional representativo dos 12 países, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). “Tornava-se necessário, portanto, criar um quadro institucional, um organismo mais amplo, para abarcar e agregar todas as nações da América do Sul que não participam plenamente do MERCOSUL” (BANDEIRA, 2008, pág. 39).

Figura 3: Organograma do COSIPLAN:



Fonte: <http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=43>

A UNASUL é formada pelos doze países da América do Sul e seu tratado constitutivo foi aprovado durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008. Finalmente o Brasil conseguia, após anos de atuação política, conjugar numa mesma entidade, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina das Nações (CAN), as duas principais uniões aduaneiras do continente.

O advento da Unasul serviu de catalisador para o reenfoque da IIRSA pelos países membros. A necessidade de aprofundar a discussão dos projetos e, sobretudo, de buscar alternativas em nível político e não apenas técnico para a questão crucial do financiamento levou à criação, em agosto de 2009, por decisão presidencial, do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul (Cosiplan). Com essa medida, os países buscam conferir o devido suporte político e estratégico, no mais alto nível, às atividades desenvolvidas na área de integração da infraestrutura física regional. As reuniões de Delegados dos países membros, entre dez/09 e abr/10, pavimentaram o caminho para a instalação do Cosiplan, em junho de 2010, em reunião ministerial em Quito (MP, [2010?], pág. 64).

O balanço do Ministério das Relações Exteriores (MP, [2010?]), demonstra, mais uma vez, a insatisfação brasileira com relação aos recursos de financiamento obtidos até então com a atuação do CTC, muito mais orientado à uma esfera de planejamento técnico do que econômica na concretização da IIRSA. O Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e

Planejamento (COSIPLAN), é um órgão subordinado a UNASUL. A coordenação técnica das atividades da IIRSA passa a ser feita pelos ministros do Conselho, ou seja, tira a coordenação das ações de infraestrutura das agências multilaterais e a subordina a representantes diretos dos países. A nova arquitetura institucional que incorporou a IIRSA (ver figura 3) reitera a importância das políticas de integração e busca um novo rumo para garantir os investimentos necessários em sua realização.

Os documentos buscam reorientar as atividades até então a cargo da IIRSA, rumo a um processo de integração da infraestrutura física regional que sirva tanto para fomentar o desenvolvimento das diferentes regiões da América do Sul, como para promover a integração de cadeias produtivas regionais. Ao mesmo tempo, os países concordaram na necessidade de salvaguardar o acervo de projetos e metodologias desenvolvidas ao longo de 10 anos de trabalho da IIRSA, dando, assim, continuidade ao que se considera ter sido a grande contribuição da Iniciativa nesse período. (MP, [2010?], pág. 65)

4 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Como visto no capítulo dois, o paradigma nacional-desenvolvimentista da CEPAL, que tinha na industrialização via substituição de importações, liderada pelo Estado, a chave para a superação do subdesenvolvimento da América Latina, havia chegado num empasse. O enfraquecimento dos governos populistas na região, levaram ao progressivo desalinhamento entre o aparato de Estado e as burguesias industriais, reforçando alianças com o capital estrangeiro. Os “estrangulamentos externos” previstos pela CEPAL, obstáculo estrutural para o desenvolvimento, caso as economias latinas não alterassem substancialmente o seu padrão produtivo, haviam se concretizado e a elevação das importações, necessárias ao desenvolvimento da industrialização passou a exigir mais divisas levando a uma participação cada vez maior do capital estrangeiro no seu financiamento e investimento.

A crise do nacional-desenvolvimentismo havia sido superada pela modernização vinculada à liderança do capital estrangeiro no consórcio que este estabelece com o capital nacional e o Estado para dirigir a região. Mas este consórcio sofre forte perda de legitimidade com a crise de 1962-1967 e a ofensiva dos movimentos de massa na América Latina, até 1973. (MARTINS, 2011, p. 228).

Entre 1964 e 1973 outra teoria influenciaria enormemente o ambiente intelectual e político da América Latina. A teoria da dependência trouxe um novo enfoque para as razões do subdesenvolvimento na região, através das obras de autores como Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Orlando Caputo, entre seus maiores expoentes. Outros intelectuais como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto também farão suas contribuições, porém com enfoque diferente. O primeiro grupo utiliza uma matriz metodológica marxista, porém, segundo Martins (2011), sem a visão dogmática¹² dos partidos comunistas de matriz europeia. O grupo liderado por Cardoso e Faletto, parte das teorias cepalinas e possui forte influência weberiana.

Se para os cepalinos a superação do subdesenvolvimento latino-americano, através da industrialização planejada, converteria os países em desenvolvidos, para a teoria da dependência, o subdesenvolvimento se estabelecia não como uma etapa até chegar ao desenvolvimento, mas sim como o desenvolvimento de uma trajetória subordinada, dentro da

¹² A versão marxista considerada dogmática corresponde ao marxismo-leninismo e era compartilhada pela maior parte dos partidos comunistas da América Latina em meados do século XX.

economia mundial, a qual todos os países estavam integrados, o que, para as duas vertentes metodológicas da nova teoria, explicava a situação de dependência da América Latina.

O enfoque da dependência colocou a questão sob outro prisma, que assinalava que o desenvolvimento do capitalismo havia estabelecido uma divisão do trabalho hierarquizada constituída por classes e grupos sociais que se articulavam em seu interior, mas que pertenciam, muitas vezes, a estruturas político-jurídicas distintas [...]. Os países dependentes eram sujeitos aos monopólios tecnológicos que articulavam essa circulação e tendiam a ajustar seu aparato produtivo, comercial e financeiro a ela. As decisões estavam condicionadas pela economia mundial capitalista e as classes dominantes dos países dependentes respondiam positivamente a esses condicionamentos. As contradições entre essas classes e os monopólios internacionais não eram suficientes para leva-las a confrontação (MARTINS, 2011, p. 230).

O presente trabalho tem por objetivo analisar a hipótese de subimperialismo brasileiro no contexto da IIRSA. Este conceito foi formulado pelo sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini, considerado por muitos autores o maior expoente da teoria da dependência. Por esse motivo nos limitaremos a vertente teórica da dependência de matriz marxista que originou o conceito de subimperialismo. Sobre a vertente da teoria da dependência representada por Fernando Henrique Cardoso, cabe destacar ainda que, na sua interpretação, de acordo com Martins (2008), a dependência criava um subcapitalismo compatível com a expansão do mercado interno e o desenvolvimento, ou seja, dependência, mas também desenvolvimento.

Para Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini o capitalismo dependente possuía uma forma própria de reprodução, cuja expansão da produtividade e da mais-valia extraordinária levaria a resultados diferentes dos experimentados nos países centrais. Eles partirão das afirmações de Marx sobre a dinâmica capitalista baseada na lei da mais-valia e na competição dos monopólios entre si, por avanço tecnológico, para obtenção de mais-valia superior.

De acordo com essa visão, segundo Martins (2011), os países dependentes serão incorporados à divisão internacional do trabalho numa posição inferior, em relação a especialização produtiva, porque são objeto desta competição monopolística e suas classes dominantes firmarão compromisso com essa situação inferior, na economia mundial, na busca da mais-valia extraordinária, através de associação ao capital estrangeiro em diversos níveis: tecnológico, financeiro, institucional, entre outros. Essas associações permitiriam posições

monopolísticas que jamais seriam alcançados em condições nacionais, ou seja, utilizando-se somente de recursos internos.

Essa associação das classes dominantes dos países dependentes, que ainda não contam com um mercado interno desenvolvido, com o capital internacional dos países desenvolvidos, irá concentrar a produtividade em segmentos dirigidos para o consumo das classes altas e para o mercado internacional, favorecendo os países com maior associação ao mercado externo a se expandirem rumo aos demais países dependentes. Para Marini (2012) esse contexto de reprodução do capital, acentua a exploração do trabalhador levando o autor a formular o conceito de superexploração do trabalho.

O conceito de superexploração do trabalho para Marini (2012), é um dos pressupostos fundamentais do esquema subimperialista, que trataremos a seguir, uma vez que a produção de mais-valia nas economias dependentes nem sempre implica em uma maior produtividade do trabalho, o que pode implicar em perda para as economias nacionais. A superexploração do trabalho será então, a saída para a sustentação da taxa de lucro.

A superexploração acontece sempre que a apropriação de mais-valia de um capital por outro não puder ser compensada pela expansão de mais-valia (mediante a geração endógena de tecnologia) pelo capital expropriado, estabelecendo-se, de maneira irrevogável, a necessidade de superexploração do trabalho (MARTINS, 2011; pág. 287).

A superexploração do trabalho, categoria segundo Martins (2011), sem aporte teórico equivalente até aquele momento, acontece por uma maior exploração da força física do trabalhador, em contrapartida pela menor produtividade do trabalho, implicando numa remuneração menor do que seu valor real, ou seja, abaixo do que seria necessário para a reprodução da força de trabalho. Essa categoria de superexploração seria própria das economias dependentes.

5 O CONCEITO DE SUBIMPERIALISMO

De acordo com Marini (2012), o subimperialismo é uma etapa superior do capitalismo dependente. O termo foi elaborado por ele para explicar a nova divisão internacional do trabalho no âmbito da América Latina nos anos 1960-1970. O conceito surge ainda, da necessidade de compreender alguns fenômenos que ocorrem a partir da maior mobilidade de capitais no pós-guerra, facilitando os investimentos externos diretos na indústria, tema central da análise da teoria da dependência.

A situação brasileira, na década de 1960, influenciou fortemente a criação do conceito, por reunir as características de uma economia dependente, cuja reprodução do capital apoiava-se na superexploração do trabalho e na transferência de valor, devido a baixa demanda do mercado interno, que impedia um desenvolvimento autônomo do capital nacional, resultando numa associação do capital interno com o capital internacional de forma subordinada, dirigido ao mercado interno de bens suntuários e ao mercado externo, ocupando posição intermediária entre centro e periferia, precisamente o caso do Brasil durante o regime militar (MARINI, 2012).

Algumas condições levariam uma economia dependente a etapa subimperialista:

- a) grau de monopolização e de operação do capital financeiro;
- b) cooperação antagônica como a nação imperialista;
- c) hegemonia regional; e
- d) tripé Estado, sociedade de consumo (suntuário) e mercado externo.

Se, por um lado, economias como o Brasil continuavam dependentes e subordinadas, por outro, haviam chegado a etapa de monopólios e do capital financeiro.

Segundo os teóricos da II Internacional, o imperialismo corresponde à forma que assume o capitalismo ao chegar à etapa de monopólio e do capital financeiro. Lênin enfatizou a fusão do capital bancário com o capital industrial, fusão que deu passo à formação de trustes capitalistas internacionais em luta pela partilha do mercado mundial: Hilferding colocou em evidência o papel da exportação de capitais em direção a novas regiões, buscando contrarrestar a tendência a queda da taxa de lucro; Bukhárin enfatizou o fenômeno da aglomeração através do qual o Estado reforça o poder dos monopólios capitalistas privados (LUCE, 2011, pág. 19).

Apesar do nome, o subimperialismo não se propunha a ser um tipo de imperialismo inferior e sim, como já foi dito, compreender a nova divisão internacional do trabalho no pós-

guerra e a complexa situação do capitalismo latino-americano. Nessa nova configuração, a circulação de capital havia sido intensificada e ampliada, ao mesmo tempo em que era diversificada: os países dependentes assumiam novas etapas da produção industrial, enquanto os países centrais se aperfeiçoavam em etapas superiores.

Ainda que a acumulação seja diversificada na direção de novos subcentros, o capital segue a tendência de concentração. Entre as características próprias de uma economia dependente estariam ainda a transferência de renda de camadas inferiores da população, através da superexploração do trabalho, para as camadas superiores, formando assim o mercado de consumo que a modificação do sistema produtivo exige.

A superexploração do trabalho está fortemente ligada ao tripé Estado, consumo suntuário e mercado externo, uma das condições do subimperialismo, elencadas acima, porque vai contribuir para formar uma das patas do tripé: o mercado de consumo de produtos suntuários no Brasil.

5.1 O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NO REGIME MILITAR

Com o Golpe de 64 se inicia um novo período de expansão industrial brasileira, ancorado no aumento do capital estrangeiro e à introdução paulatina de novas tecnologias. A política externa, chamada "política de interdependência continental" do governo do marechal Castelo Branco (1964-1967), que assumiu imediatamente ao Golpe de 64, tinha forte vinculação com os Estados Unidos e a clara pretensão de atrair o capital estrangeiro, através de uma posição-chave do Brasil nas relações dos Estados Unidos para com a América Latina, devido aos problemas econômicos pelos quais o Brasil passava.

Do ponto de vista da política interna do governo Castelo Branco, esta também beneficiou as grandes empresas, ou seja, aquelas dedicadas à indústria pesada, deixando clara a intenção do governo de consolidar o setor de bens intermediários, de consumo durável e grande agregado tecnológico porém, visando competir no mercado externo, uma vez que a demanda interna para estes bens, era limitada e não havia interesse numa política de redistribuição de renda para as classes inferiores.

Por outro lado, era bastante interessante para a indústria dos Estados Unidos, bem como para qualquer outra nação desenvolvida, economias que absorvessem os equipamentos

tornados obsoletos pela rápida evolução tecnológica daqueles países, mas que, em termos brasileiros, eram considerados avançados. Esse arranjo produziria forte incremento na pauta das exportações brasileiras para a América Latina que se transformaria, durante o regime, no maior mercado dos produtos manufaturados do Brasil.

No entanto, esse arranjo, ao absorver crédito e novas tecnologias, significava uma quebra de unidades mais fracas ou sua absorção por empresas maiores, passando a assumir a forma monopolística de capitais. Essa situação já havia sido observada no governo de Juscelino Kubtschek (1956-1961), na forma de entrada de capitais estrangeiros dirigidos para a indústria manufatureira e de base e para a associação de companhias estadunidenses a empresas brasileiras.

A lógica capitalista, condicionada às possibilidades de lucro, impulsionava a onda de capitais provenientes dos Estados Unidos em direção a América Latina, na “busca de um aumento suplementar do excedente”, implicando em um recomeço “do ciclo em nível mais alto”. Ao mesmo tempo, a retroalimentação deste ciclo formava um “amálgama de interesses nos países por ela abrangidos” (MARINI, 2012, pág 110), tendendo cada vez mais à uma integração imperialista em diferentes graus de grandeza. O Brasil passava, segundo Marini, a **fase dos monopólios e de operação do capital financeiro** sem, no entanto, ter superado a dependência e o subdesenvolvimento.

As alianças entre capital estrangeiro e capital nacional, surgem como solução para a superação de problemas específicos do capitalismo nacional brasileiro, ou seja, a dificuldade de acumulação de capital do setor industrial, que assume o papel de setor mais dinâmico da economia.

Do ponto de vista da economia nacional brasileira, as tensões se davam entre: “grupos industriais e latifundiários exportadores; entre a indústria e a agricultura para o mercado interno; entre os grandes proprietários rurais e o campesinato; e entre os grupos empresariais e a classe operária, bem como a pequena burguesia” (MARINI, 2012, p. 150). Os conflitos se dão entre o externo e o interno, diante da entrada dos capitais estrangeiros, ou seja, “ao mesmo tempo em que impulsiona a indústria, cria também sua negação” o que gera fissuras e tensões que vão se converter nos marcos de uma **cooperação antagônica**.

A implantação de regimes de exceção na América Latina, visava garantir a nova ordem econômica através de mudanças estruturais e reprimir as reivindicações das massas, tanto no âmbito político quanto no âmbito material. De acordo com Zibechi (2012) o

capitalismo brasileiro se militariza para deter o avanço dos movimentos sociais. A cooperação antagônica tende a fissuras e a do período anterior, havia chegado ao limite da crise com o Golpe de 64.

Em relação a busca de hegemonia, Marini (2012) argumenta que a política expansionista brasileira na América Latina não visava somente a busca por mercados, mas também garantir influência, impor hegemonia e controlar fontes de matéria-prima como o gás da Bolívia, o petróleo do Equador, o potencial hidrelétrico do Paraguai, dificultando o acesso a estas fontes por concorrentes expressivos como a Argentina. Essas assertivas vão se confirmar no final do século XX e início do século XXI como veremos no próximo capítulo, no contexto da IIRSA.

No que diz respeito aos regimes militares da América do Sul, o Brasil passou a cumprir um papel decisivo no processo político destes países, reforçando sua **hegemonia regional**. Interferiu na queda dos governos de Juan José Torres na Bolívia, em 1971 e de Salvador Allende no Chile. O general Emílio Garrastazu Médici, presidente do regime entre 1969 e 1974, foi o primeiro a reconhecer a junta militar chilena (1973), cooperando com os regimes militares da América Latina através da Operação Condor.

Ao impedir uma maior deterioração do salário real, desde o Golpe de 64, os efeitos repercutiram no consumo de produtos agrícolas e industriais leves, sem que houvesse um incremento do mercado de bens duráveis. De acordo com Marini (2012), essa maior transferência de renda em detrimento das camadas que criavam demanda para o mercado de bens duráveis e, portanto, às camadas mais altas, implicou em consequências políticas negativas, como pressão sobre a ditadura pelas classes burguesas e pequeno-burguesas que se sentiam prejudicadas, ao mesmo tempo em que ocorria mobilização das classes operárias para garantir suas pretensões.

Em 1967, com a intensificação das ondas de insatisfação, que tendiam a organizar-se politicamente, acabou ocorrendo o aprofundamento da ditadura no Brasil na forma do Ato Institucional nº 5, que fechou o Congresso e revogou a Constituição. Com o fim da flexibilidade dos salários, verificou-se uma queda do salário mínimo e aumento do salário médio favorecendo a classe alta e o grande capital.

Podemos apreender que a sociedade de **consumo (suntuário)**, segunda pata do tripé subimperialista de Marini, ocorreu via transferência de renda das camadas mais pobres para as mais ricas garantindo assim, um mercado de consumo via esta última dirigido ao mercado

de bens suntuários. De acordo com Marini (2012), as consequências serão um novo tipo de especialização funcional na economia brasileira, que será dividida em dois grupos muito distintos, o grupo que produz mais-valor e outro, que acumula e consome mais-valor.

Em suma, o golpe militar de 1964 e seu aprofundamento em 1967 foi a forma encontrada pela elite brasileira para superar os impasses das lutas de classe. Ela garantiu uma acumulação de capital baseada na superexploração do trabalho e a hegemonia dos monopólios industriais e do capital financeiro e internacional.

De um lado firma-se o monopólio das indústrias de bens suntuários e sua associação com o capital estrangeiro, por outro lado, o recurso à tecnologia externa e o aumento da produtividade do trabalho aprofundam a superexploração do trabalho e estrangulam ainda mais a capacidade interna de consumo. A “solução” imediata é ressurgir o modelo da velha economia exportadora, agora em base industrial, para “centrar parcialmente a circulação sobre o mercado mundial [terceira pata do tripé subimperialista]. A exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários se converte então, na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afetam” (MARINI, 2000, pág. 150, grifo do autor).

A superexploração do trabalho, a distribuição desigual de renda e sua transferência planejada para as classes superiores da população, é o que vai dar suporte a sociedade de consumo de bens suntuários no Brasil. No entanto, Marini (2012) enfatiza que embora a ditadura ainda pretendesse reproduzir o esquema da transferência de renda das camadas mais baixas para as camadas mais altas da população, isso era uma estratégia insuficiente para a formação de mercado no conjunto da indústria, devendo esta dirigir-se ao **mercado externo**, terceira pata do tripé subimperialista, o que, por sua vez, era um processo longo e particularmente difícil naquela altura dos anos 1970. Com a crise do dólar americano e o esgotamento de parte do poder estadunidense, gerando uma fase menos dinâmica da economia mundial, a orientação do regime de manter a estrutura política e econômica vigente, fortemente ancorada no **Estado**, o primeiro pilar do tripé subimperialista, como gerador de demanda de bens duráveis, ficava ainda mais reforçada.

Na prática, o Estado tem que aumentar particularmente os gastos militares[...]. Esta é a razão pela qual a fusão de interesses entre a elite militar e o capital nacional e estrangeiro é permanente e tende a criar uma solidariedade mútua sempre maior” (MARINI, 2012, pág. 255).

Podemos acrescentar ao pilar Estado, a forte atuação deste em um regime de exceção, cumprindo vários papéis, entre eles o da ascendente classe militar como consumidora, o reforço do aparato militar, voltado para dentro e o investimento na indústria bélica dirigido ao mercado externo.

O investimento na indústria bélica, além de contribuir para a industrialização brasileira, atendia a pretensão do regime de transformar o Brasil em potência militar na região. O auge da indústria de armas no Brasil ocorreu entre os anos 1970 e 1980, com a presença das empresas brasileiras Engesa (fabricante dos blindados Cascavel e Urutu com forte aceitação internacional) e Avibrás (fabricante de mísseis, foguetes e plataformas de lançamento).

Marini (2012) se apoia ainda em alguns dados estatísticos para ilustrar a posição subimperialista que o Brasil assume nesse período. O primeiro deles diz respeito a superexploração do trabalho. Entre 1966 e 1970, 40% dos trabalhadores da parte mais baixa do emprego industrial no Brasil viram sua participação na massa de salários passar de 19% para 15,5 %, enquanto a participação dos 10% mais bem pagos subiu de 30% para 37,5%.

Outro dado importante é sobre as características da indústria brasileira entre 1964 e 1970, que reforçam o argumento de uma sociedade de consumo voltada ao mercado de bens intermediários e de bens duráveis: enquanto o ramo de transporte saltou, neste período, de um índice de crescimento 92,4% para 225, 2%, a indústria de bens de consumo como o têxtil, por exemplo, caiu de 101,6% para 97,2%, e a de calçados ficou estagnada em torno de 113%. Para Marini, o sistema econômico que se configurava no Brasil, tanto pelo capital nacional quanto pelo estrangeiro, agravava o desemprego e acirrava uma ruptura entre as necessidades de consumo das massas e uma estrutura produtiva voltada para o “mercado externo”.

A expansão do Brasil para o mercado externo, entre 1964 e 1973, aumentou três vezes o seu volume, passando de US\$ 1,5 bilhão para US\$ 6 bilhões. A exportação de manufaturas que não chegava a 7% do total pulou para quase 30%. Somente para a América do Sul as exportações pularam de US\$ 182 milhões para US\$ 284 milhões entre 1968 e 1970.

6 O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NO ÂMBITO DA IIRSA

Com o objetivo de verificar a hipótese de subimperialismo brasileiro no âmbito da Iniciativa da Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), utilizar-se-á, como referência, as quatro condições apontadas por Marini, que constituem a etapa de subimperialismo de países dependentes: grau de monopolização e de operação do capital financeiro; cooperação antagônica com a nação imperialista; hegemonia regional e tripé subimperialista, Estado, consumo suntuário e mercado externo - buscando encontrar evidências das mesmas no contexto da iniciativa.

6.1 GRAUS DE MONOPOLIZAÇÃO DO CAPITAL E DO SISTEMA FINANCEIRO

O setor de eletrodomésticos de linhas brancas e portáteis no Brasil, que até a década de 1990 era composto, principalmente, de capital nacional, hoje é controlado por corporações estrangeiras, em sua maioria grupos estadunidenses. Entre os exemplos mais representativos, empresas como Arno, Continental, Dako e Consul foram adquiridas pelo grupo francês SEB S.A, o alemão BSH Bosch-Siemens, e os estadunidenses GE e Whirlpool, respectivamente.

Além da indústria de eletrodomésticos, ramos da indústria primária também possuem controle de capital estrangeiro. No agronegócio segmentos inteiros estão migrando para o controle do capital estrangeiro como Cargil e Monsanto nas cadeias produtivas do complexo da soja. A América do Sul constitui-se no principal mercado para o Brasil de produtos com maior valor agregado.

De acordo com Luce (2007), em 2006 haviam quatro frigoríficos uruguaios integrados ao capital brasileiro: Tacuarembó, Canelones, Pulsa e Elbio Rodríguez, adquiridos pelas empresas brasileiras Marfrig, Bertin e pelo investidor Ernesto Correa. As participações das empresas brasileiras correspondiam a 25% das exportações de carne industrializada do Uruguai no ano seguinte. Entre os frigoríficos uruguaios relacionados, o Tacuarembó era o maior do país. No início de 2014 a Minerva Foods maior processadora de carne bovina do Brasil, adquiriu o frigorífico uruguaio Carrasco. Com a negociação, a empresa brasileira elevou sua participação de mercado para 18%. O Uruguai é o 6º exportador de carnes do mundo atingindo o mercado do Canadá e dos Estados Unidos que hoje o Brasil não atinge.

Segundo dados oficiais da Petrobras, divulgados em sua página eletrônica, em 2004 a empresa adquiriu o controle da distribuidora de gás uruguaia Conecta, assumindo 55% de participação acionária, antes pertencente a duas empresas de um grupo espanhol. A distribuidora operada pela Petrobras tem exclusividade na distribuição por gasodutos de gás natural, gás liquefeito de petróleo e gás manufacturado em todo o interior do Uruguai, fora da capital Montevideu. Em 2006, a Petrobras concluiu a aquisição de 66% das ações da antiga Gaseba Uruguay S.A., hoje MontevideoGas. A empresa é uma concessionária de distribuição, por dutos, de gás natural, gás liquefeito de petróleo e gás manufacturado. Essa concessão, válida até 2024, abrange a cidade de Montevideo.

No mesmo ano, por meio da aquisição dos negócios de Distribuição da Shell no Uruguai, a companhia ampliou sua atuação com a incorporação de operações de distribuição e comercialização de combustíveis, que hoje compreende postos de serviços em todo o território uruguaio, instalações para comercialização de combustível de aviação, produtos marítimos e lubrificantes, bem como a comercialização de fertilizantes. A sua linha de lubrificantes, Lubrax, está presente no Uruguai desde 1996, importada do Brasil e, mais recentemente, também da fábrica de lubrificantes da Petrobras Chile.

A partir de 2009 a Petrobras passou a atuar no Chile, no setor de combustíveis nos mercados de varejo, industrial e de aviação, com participação nos ativos da ExxonMobil, na Esso Chile Petrolera e em outras empresas chilenas associadas. As aquisições, permitiram à empresa 16% do mercado varejista chileno e 7% na área industrial. A empresa possui ainda participação acionária de 22% na Sociedad Nacional de Oleoductos e de 33,3% na Sociedad de Inversiones de Aviación. A presença da Petrobras no Chile abrange 230 postos de serviços, dos quais 109 são próprios; distribuição e venda de combustíveis em 11 aeroportos; sete terminais de distribuição de combustíveis, sendo quatro próprios e três em joint-venture.

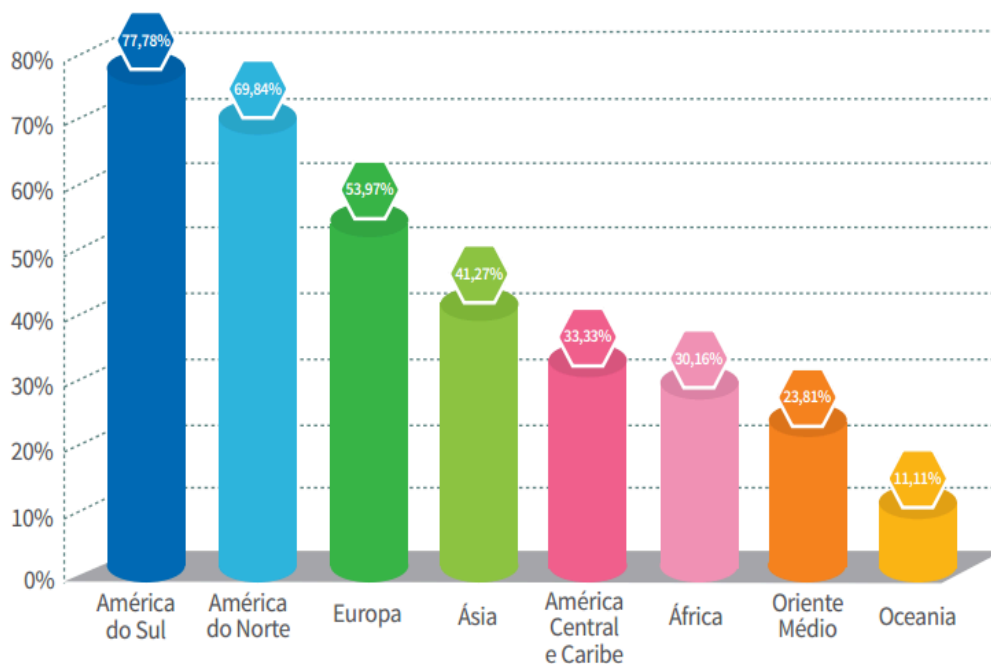
No início do século XXI grandes investimentos brasileiros foram feitos na Argentina. A compra da Perez Companc, em 2003, pela Petrobras, correspondeu a um montante de US\$1,126 bilhão. Houve ainda a aquisição da cervejaria Quilmes pela Ambev na ordem de US\$ 1,8 bilhão entre 2002 e 2006, aquisição da empresa Loma Negra, que possuía 50% do mercado de cimento argentino, pela Camargo Correa, em 2005, no valor de US\$ 1,025 bilhão e aquisição da Swift Argentina, maior frigorífico do país pelo Grupo Friboi, com financiamento do BNDES, por US\$ 200 milhões.

No Peru, no setor de mineração empresas brasileiras incorporaram ativos de empresas peruanas com vistas a garantir matérias-primas para as atividades industriais da

matriz brasileira. A Votorantin Metais (VM) adquiriu a Refinaria de Zinc Cajamarquilla em 2004 e em 2010 dobrou sua capacidade de produção tornando-se uma das cinco maiores produtoras de zinco do mundo. Em 2005, VM adquiriu 24,9% das ações da Companhia Minera Milpo, quarta maior mineradora do País, dobrando sua participação em 2008 que, segundo informações divulgadas em seu site oficial, hoje supera os 50%. Em 2007, a empresa norte-americana U.S. Zinc integrou-se ao portfólio. Em 2005 a VM anunciou a compra de 52% do capital da Siderúrgica Paz del Rio, localizada na Colômbia.

Em 2005, outra empresa brasileira, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) obteve concessão para explorar a jazida de fosfatos Bayóvar, no norte do Peru. As reservas de fosfato da jazida são estimadas em 816 milhões de toneladas e a CVRD é a maior produtora mundial de minério de ferro.

Figura 4: Dispersão geográfica das empresas brasileiras no mundo



Fonte: Ranking Função Dom Cabral das Multinacionais Brasileiras (2013)

Figura 5: Países com maior presença de empresas brasileiras

Posição	País	Número de empresas
1	Estados Unidos	41
2	Argentina	35
3	Chile	30
4	Colômbia	23
4	Uruguai	23
5	México	22
5	Peru	22
6	China	21
7	Reino Unido	19
8	Paraguai	17
8	Venezuela	17
9	Portugal	16
10	França	13

Fonte: Ranking Função Dom Cabral das Multinacionais Brasileiras (2013)

6.2 COOPERAÇÃO ANTAGÔNICA COM A NAÇÃO IMPERIALISTA

Comparando a proposta da ALCA com a da IIRSA, encontramos vários pontos de convergência, entre eles o de que sua concepção está ancorada nos modelos neoclássicos de crescimento econômico com ênfase no liberalismo econômico de mercados. A IIRSA, se interligada com o Plano Puebla Panamá (PPP), o projeto de integração da América Central, através do projeto de um novo canal do Panamá em curso, na fronteira com a Colômbia, o canal interoceânico Atrato-Truandó (opção do estado colombiano) e/ou Atrato-CacaricaSan Miguel (opção proposta e preferida pelos Estados Unidos), consumaria a integração física de todo o continente americano, convergindo nas políticas de integração econômica dos Estados Unidos sem que, no entanto, o subdesenvolvimento latino-americano tenha sido superado, repercutindo em maior vantagem para os países imperialistas.

O que os Estados Unidos pretendiam, com a formação da ALCA [...], era construir uma rede de compromissos internacionais, de modo a modelar o sistema econômico mundial e fazê-lo funcionar em benefício da América, i. e., dos Estados Unidos, como centro mais dinâmico da economia global, no século XXI. [...] Seu propósito central consistia em criar um conjunto de regras a fim de incorporar os países da América do Sul, sobretudo o Brasil, ao espaço econômico (e ao sistema político) dos Estados Unidos, de forma

assimétrica e subordinado, limitando sua capacidade de formular e executar política econômica própria [...] (BANDEIRA, 2008, p. 52).

A viabilidade física intra-regional, através da integração proposta, ao permitir o acesso dos países sul-americanos aos mercados do norte e do Pacífico, permitirá também a penetração cada vez maior de multinacionais de origem europeia e asiática na região. No entanto, considerando as vantagens competitivas das multinacionais estrangeiras, e considerando o aumento da penetração das multinacionais brasileiras na região, competindo, em alguns setores, como foi dito, com vantagem para o capital brasileiro, os países menores, mesmo no cenário integrado, acabarão dependendo em grande parte dos seus recursos naturais, alternando benefícios em relação aos recursos primários e subordinação frente aos interesses transacionais e aos interesses das duas maiores potências da região.

Alguns autores como Bandeira, defendem que o posicionamento do Brasil frente a integração sul-americana é uma integração solidária:

[...] está tratando realmente de definir sua própria identidade [da América do Sul], diferenciada dos Estados Unidos e até mesmo em oposição ao domínio dos Estados Unidos, o que se evidencia com a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do Conselho de Defesa Sul-Americano [...] (BANDEIRA, 2008, p. 73) .

No entanto, a liderança brasileira suscita dúvidas sobre essa solidariedade. A criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), para tratar de questões de segurança de maneira autônoma em relação à Organização dos Estados Americanos (OEA) e aos Estados Unidos, é uma decisão estratégica proposta pelo presidente Lula. Entre 15 de abril e 19 de maio de 2008, o ministro brasileiro Nelson Jobim fez um giro pelos países sul-americanos, num evidente esforço político de promover consensos na criação do Conselho. No mesmo período, o Plano Colômbia, de cooperação no combate ao narcotráfico entre Estados Unidos e Colômbia e que coloca os Estados Unidos na fronteira com a Amazônia brasileira, acirrou o combate à guerrilha colombiana, culminando no assassinato, em fevereiro do mesmo ano, do líder das FARC, Raul Reyes.

Nos últimos anos os governos anti-imperialistas do Equador, Argentina e Uruguai, mas principalmente os governos de Hugo Chavez (1999-2013) e Evo Morales (2006-Atual), da Venezuela e da Bolívia, respectivamente, se destacaram pelo tom progressista na região, buscando diminuição da liderança política e militar dos Estados Unidos no continente.

A Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP)¹³, foi criada nesse contexto. Têm forte apelo de esquerda e resgata o bolivarianismo original frente as potências do norte. A criação da ALBA reflete uma visão da integração diferente da ALCA, mas também diferente da IIRSA, uma vez que seu enfoque não é somente comercial, baseando-se em uma visão de bem-estar social e troca mútua de auxílio econômico. A outra diferença em relação a IIRSA é a questão regional, envolvendo países não apenas da América do Sul mas também da América Latina. Os países membros já discutem a introdução de uma nova moeda regional, o “sucre”. Atualmente a ALBA é composta por oito países, sendo que quatro deles possuem governos de cunho socialista. Antes composta por Venezuela e Cuba, atualmente são membros Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas.

Verifica-se ainda uma polarização do posicionamento externo regional entre os países membros da Comunidade Andina (CAN), o processo integracionista mais antigo da América do Sul (1969). Países como Bolívia e Venezuela passaram a integrar a ALBA, fortemente vinculada aos ideais bolivarianos, enquanto Peru e Colômbia direcionam sua posição para acordos de integração liberais ao aderirem à Aliança do Pacífico, fortemente vinculado aos Estados Unidos, integrada ainda por Chile, México e Costa Rica (LUCIANO; BRESSAN, 2014).

Aparentemente, a UNASUL permanece afinada em torno da integração física do subcontinente, com destaque para o papel brasileiro na construção de consensos, congregando todas as nações sul-americanas em um único bloco regional. No entanto a iniciativa da IIRSA, hoje substituída pelo COSIPLAN, subordinado a UNASUL, converge não apenas na direção de uma integração regional “para dentro”, mas também “para fora”, correspondendo a uma cooperação antagônica nos moldes da interpretação de Marini. Resta saber o direcionamento que será dado a integração regional pelo COSIPLAN no decorrer da presente década.

6.3 HEGEMONIA REGIONAL

¹³ Concebida anteriormente simplesmente como Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), foi constituída na cidade de Havana, capital de Cuba, em 14 de dezembro de 2004, como um acordo entre Venezuela e Cuba. Surgiu da colaboração de Cuba ao enviar médicos para ajudar no território venezuelano e pela colaboração da Venezuela ao abastecer Cuba com seu petróleo. Em 29 de abril de 2006, a Bolívia assomou-se ao grupo a partir do Tratado de Comércio dos Povos (TCP). Atualmente a ALBA-TCP é composta por oito países, sendo que quatro deles possuem governos de cunho socialista. Além de Venezuela, Cuba, Bolívia, fazem parte do bloco: Nicarágua, Dominica, Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas.

A América do Sul teve uma passagem de século permeada por conflitos sociais e políticos onde merecem destaque: a crise política no Uruguai em 1995, 1999 e 2000; o conflito armado entre tropas do Equador e do Peru, na fronteira litigiosa em torno do rio Cenepa, em 1995; o colapso financeiro da Argentina em 2001; novas manifestações em 2002, no Equador contra as privatizações do governo de Ricardo Noboa, pelo não cumprimento das negociações de 2001, quando ocorreu o primeiro levante; a tentativa de golpe contra o governo de Hugo Chávez, fomentado pela CIA e outras agências dos Estados Unidos nos dias 11 e 12 de abril de 2002; e o aumento da intervenção dos Estados Unidos na Colômbia na luta contra as FARC com o objetivo, de acordo com Bandeira (2009), de garantir ao primeiro país o fluxo de petróleo proveniente do Equador.

Em todas essas situações, de acordo com Bandeira (2008), o Brasil teve uma atuação diplomática decisiva: mediu a Guerra de Cenepa; convocou os membros do Mercosul a advertir o Paraguai de isolamento político e econômico na hipótese de um golpe de Estado; corroborou com as tentativas de manter a estabilidade na Venezuela, ao vender ao governo do presidente Hugo Chávez um navio petroleiro com 82 milhões de litros de combustível, durante a greve dos trabalhadores da Petróleo da Venezuela SA (PdVSA); e negou aos Estados Unidos a utilização de seu território como base militar do Plano Colômbia.

O Brasil reforçou muito sua atuação política e econômica na América do Sul durante o governo do presidente Lula. Especialmente no que se refere a atuação política, ela não se limitava apenas no sentido de fomentar a paz e a democracia. O Brasil parecia ter compreendido que sua inserção no mercado global estaria de fato garantida se consolidasse sua atuação política em nível regional.

O Paraguai, em especial, tem sido apontado como um país sistematicamente prejudicado por práticas de subimperialismo regional por pesquisadores¹⁴ que se dedicam ao tema. São casos emblemáticos a questão da Usina Hidrelétrica de Itaipu e o caso dos “brasiguaios” no país. A usina de Itaipu, localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai, é um hidrelétrica binacional, construída no Rio Paraná, com financiamento brasileiro. É a segunda maior hidrelétrica do mundo e a maior produtora de energia hidrelétrica do planeta. O Tratado de Itaipu foi assinado em abril de 1973 e seus termos expiram em 2023. No acordo, cada país tem direito a 50% da energia produzida e o Paraguai deve vender o excedente que

¹⁴ O tema “Subimperialismo brasileiro y dependencia paraguaya hoy”, foi apresentado pela pesquisadora Cecília Viuk nas Jornadas Bolivarianas da UFSC/2014; Faz parte dos estudos do uruguaio Raul Zibech no livro Brasil Potência (2012); é objeto da dissertação de mestrado e da tese de doutorado do pesquisador Mathias Luce UFRGS/ 2008, entre outros.

não utiliza ao Brasil. Em 2007, o Brasil pagava US\$ 45,31 por MWh pela energia porém, US\$ 42,50 eram descontados para amortizar a dívida que o Paraguai assumiu na construção da usina. Logo, o governo paraguaio recebia US\$ 2,81 por MWh, o que dava um total em torno de US\$ 100 milhões por ano, dependendo do consumo paraguaio. Após assumir o poder no Paraguai, o presidente Fernando Lugo propôs ao então presidente Lula, alteração nos valores pagos ao Paraguai, conforme prometido em campanha e conforme reivindicação antiga do povo paraguaio. Após resistência inicial do governo brasileiro e três anos de negociações depois, em 2010, foi assinado em Assunção o acordo “Construindo uma nova etapa na relação bilateral”, onde o Brasil concordava em triplicar a quantia paga como compensação pela cessão de energia, ou seja, de US\$ 100 milhões para US\$ 300 milhões ao ano. O Brasil também concordou na construção de uma linha de transmissão de energia de 500 kV, no valor aproximado de US\$ 450 milhões, até Assunção, além de obras civis e eletromecânicas que ficaram pendentes do lado paraguaio da usina, como seccionamento de linhas de transmissão e uma torre turística com mirante e teleférico, obras estimadas entre US\$ 80 milhões e US\$ 90 milhões, respectivamente. O acordo, embora tenha tido uma repercussão positiva junto aos parceiros do Mercosul e para a política externa do presidente Lula em relação aos países menores, repercutindo como contribuição para o seu desenvolvimento, foi considerado pelo povo paraguaio reconhecimento tardio e parcial da injustiça histórica sofrida pelo Paraguai.

A existência dos “brasiguaios” está relacionado aos movimentos migratórios que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, diante de incentivos do governo militar paraguaio para ocupar a fronteira leste do país, promovendo uma divisão do território em latifúndios produtivos que contribuíssem para tirar a nação paraguaia do atraso. A produção agrícola brasileira era mais sofisticada que a do Paraguai e, com isso, o regime pretendia permitir o controle militar sobre aquela região, dinamizar a agricultura e estimular as exportações. Brasileiros ligados ao ramo do agronegócio, voltados para o mercado da soja, migraram rapidamente para a região, tornando seus custos de produção menores, e os “brasiguaios” se transformaram nos maiores produtores de soja do país, com plantações que ocupam 1,2 milhão de hectares paraguaios.

A reprodução do agronegócio da soja foi minando os núcleos de agricultura familiar e o número de agricultores expulsos de suas terras, pelo cerceamento do agronegócio, aumentam o conflito em torno da propriedade da terra no Paraguai. A agricultura familiar no Paraguai responde por 80% dos estabelecimentos agrícolas, porém, estes estabelecimentos

correspondem a 6,2% do território. Os movimentos de sem terra e de pequenos proprietários, exigindo a revisão das concessões especiais a estrangeiros outorgadas durante o regime militar do Paraguai, criou sérios conflitos com o latifúndio brasiguai e o governo do então presidente Fernando Lugo. Em 2008 o Exército brasileiro mobilizou 11 mil homens em exercícios militares na fronteira com a área de conflitos entre sem-terra e as grandes fazendas de brasiguaios alegando a utilização do poder para a dissuasão do conflito. Sem respaldo no congresso, o presidente Lugo sofreu *impeachment* em 22 de junho de 2012, assumindo seu vice, Federico Franco, totalmente alinhado aos interesses do agronegócio. Vários países da região reconheceram na situação um golpe de Estado. O Brasil, a despeito de sua orientação política no sentido de apoiar o agronegócio na região, tomou a via diplomática e concordou com a suspensão do Paraguai do bloco do Mercosul, em respeito ao Acordo de Ushuaia, assinado na década de 1990, que estabelece como condição para a permanência no mercado comum, a garantia do estado democrático de direito nos países membros.

O caso da Bolívia, de acordo com Luce (2007), também pode ser considerado isoladamente, numa perspectiva subimperialista, no que tange a atuação brasileira naquele país desde 1999, através da presença emblemática da Petrobras. Para o objeto de estudo em questão, cabe destacar a política mais recente do Brasil em relação a Bolívia. Em 2006 quando o presidente Evo Morales nacionalizou as reservas de energia não renováveis da Bolívia, a Petrobras detinha 45,9% das reservas de gás e 39,5% das reservas de petróleo e, na etapa de refinamento, a Petrobras respondia por 100% da atividade produtiva. A postura do presidente Lula, de não interferir nos assuntos internos da Bolívia, amplamente condenada pela imprensa tradicional brasileira, foi vista por muitos como uma política solidária no sentido de corrigir assimetrias. Outro grupo defendia uma ofensiva judicial contra o Estado boliviano. Segundo Luce, a não interferência do Brasil nos assuntos internos da Bolívia, adotada pelo presidente Lula, vão além das meras aparências. A estabilidade política e o projeto de integração física da região estavam ameaçados. O estopim de uma crise como a que estava se desenhando, colocaria em risco os planos da IIRSA, onde a Bolívia, além do gás, figurava como ator geográfico fundamental no escoamento da produção brasileira. Na prática a não interferência transmutou-se num compromisso assumido pela Bolívia de não impor resistência à execução do Complexo Rio Madeira, que prevê a instalação de uma hidrovia binacional Brasil-Bolívia, ponto emblemático do Eixo Amazonas, da IIRSA.

6.4 O TRIPÉ ESTADO SOCIEDADE DE CONSUMO E MERCADO EXTERN

Tanto o governo do presidente Fernando Henrique, quanto do presidente Lula, tiveram como base de sua política externa a integração sul-americana. No entanto, é possível ver uma mudança no que diz respeito a condução dos processos de integração. Enquanto no primeiro havia uma maior atribuição do papel das instituições multilaterais de financiamento, como BID, no governo do presidente Lula viu-se uma maior atuação brasileira, tanto no plano político, no que diz respeito a formalização dos aspectos institucionais da integração, com a criação da UNASUL, quanto no plano econômico, com o incremento do papel do BNDES. A política do BNDES é uma política claramente de Estado e tem figurado como impulsionadora do processo de integração.

Com relação a formação de mercado de consumo, no período da iniciativa, embora no governo Lula tenha havido algumas políticas redistributivas como o incremento do Bolsa Família, essa redistribuição de renda não atinge toda a população excluída do mercado de trabalho e do mercado de consumo levando novamente a uma guinada rumo ao mercado externo.

De acordo com Martins (2011), a expansão de uma integração regional, integrada aos padrões de reprodução do capital nos marcos das teorias neoliberais, leva a escalas de cadeias produtivas de projeção mundial. Essa imensa concentração de capital está associada a um nível de agregado tecnológico que tende a eliminação do emprego. Há uma visível contradição entre a necessidade crescente de absorção de uma massa de trabalhadores, com vistas a uma valorização do capital, e o aumento do desemprego. A solução parcial para a impossibilidade do grande capital, de criar uma generalização do conhecimento científico entre economias dependentes e economias centrais, no âmbito da divisão internacional do trabalho, é a absorção da mais-valia extraordinária por onde passa o capital associado, ou seja, dando a superexploração do trabalho, agora um caráter regional, com a integração física do continente.

Com relação ao mercado externo, acredita-se ter sido evidenciado o potencial de alavancagem do capital nacional brasileiro, vinculado ou não ao capital estrangeiro, em relação aos demais países da região. Não se deseja dizer com isso que o mesmo não possa ocorrer em outras economias sul-americanas e sim que o Brasil, já parte com maior vantagem, tendendo a manter sua hegemonia econômica e política na região, começando pelo agronegócio, passando pela indústria de bens de consumo intermediários, pela indústria de bens duráveis e de capital, tendendo a monopolizar diversos setores de uma mesma cadeia produtiva.

6.5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Falou-se muito, no decorrer deste capítulo, da posição estratégica ocupada pela classe trabalhadora no período do regime militar e na superexploração do trabalho, que permitia a realização de uma das patas do tripé subimperialista, precisamente a do mercado de consumo de bens suntuários, uma vez que as revoltas, diante da desvalorização dos salários reais, estavam contidas pelo regime de exceção brasileiro, permitindo a transferência de valor para as camadas sociais superiores.

É prática consensual entre intelectuais de diferentes orientações ideológicas que o Golpe de 64 foi a forma encontrada por grupos formados, tanto pela nova classe industrial, quanto por representantes da velha oligarquia conservadora, aliados ao capital estrangeiro, de conter uma sublevação popular no âmbito das lutas de classe. A saída “para fora”, tanto no sentido de associação com o capital externo, quanto de exportar rumo a novos mercados consumidores, evidencia o fenômeno da cooperação antagônica, quando confrontado com o “golpe” final ao ciclo nacional-desenvolvimentista “para dentro”. O resultado foi um regime de exceção em meio a uma progressiva elevação das taxas de crescimento do PIB sem apresentar, no entanto, uma mudança nos padrões de desenvolvimento, muito em função da piora na distribuição de renda.

Apreende-se daí, o quanto a força das massas é capaz de orientar o rumo da política, embora na história dos movimentos sociais, estes nem sempre resultem vencedores, especialmente na América Latina, cujos avanços sociais são lentos, mas ainda assim constituem parte inalienável dos momentos de auge e decadência dos ciclos econômicos e políticos.

As obras da IIRSA acarretam um sem número de externalidades, que mobilizam protestos nos lugares onde já tiveram início. A previsão de extensos corredores intermodais, que ligam os quatro cantos do subcontinente sul-americano preocupam populações locais e ambientalistas, atentos ao rumo de suas comunidades, aos impactos ambientais e ao destino dos recursos naturais da região, principalmente da Amazônia.

De acordo com Zibech (2012) em 16 de maio de 2008, trabalhadores sem terra da localidade de San Pedro, no norte do Paraguai, representantes políticos da região, aliados ao presidente recém eleito Fernando Lugo e integrantes do Partido Comunista do Paraguai, entre outros manifestantes, se concentraram na frente de uma propriedade brasileira de 30 mil

hectares, dedicada ao cultivo de soja, para protestar contra a derrubada de mata nativa e exigir a retirada de policiais civis e militares que geravam tensão na região. O ato intitulado “segunda independência” finalizou com a queima de uma bandeira brasileira.

O episódio é emblemático, se levarmos em consideração, como nos lembra Zibech, a quantidade de bandeiras que foram queimadas na América Latina por ocasião dos protestos contra a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Os protestos representam uma onda crescente de manifestações frente ao avanço da hegemonia brasileira em território sul-americano, mas também constituem uma frente popular ampla de debate em relação ao rumo da integração.

Em novembro de 2009, ocorreu o I Encontro Sul-Americano de Populações Afetadas pelo BNDES no Rio de Janeiro com representantes do Brasil, Bolívia e Equador. Entre os principais aspectos, destacados na “Carta dos Afetados pelo BNDES”, fruto do encontro, estavam os monocultivos de cana-de-açúcar e eucaliptos, a produção insustentável de carne, as hidrelétricas e a exploração de minerais, entre outros. Em meio às críticas dirigidas à instituição, encontra-se o fato de a mesma financiar, não apenas empresas brasileiras mas também, empresas de capital internacional que monopolizam cadeias inteiras de produção.

A construção de hidrelétricas na região da Amazônia, é outro aspecto que desperta a mobilização de ambientalistas, populações indígenas e ribeirinhas trabalhadores, Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB) e outras entidades ligadas aos movimentos sociais. Em 15 de março de 2011, 45 ônibus e 25 veículos foram queimados durante um levante de trabalhadores da represa de Jirau, no Rio Madeira, que possuía 20 mil trabalhadores. Foi necessária a intervenção do governo federal brasileiro, com o envio de um destacamento militar de 600 homens.

No mesmo período, outra obra no Rio Madeira, envolvendo 17 mil trabalhadores, da usina de Santo Antonio, culminou em revolta. O Complexo do Rio Madeira, contempla a construção de quatro represas e agrega em torno de 40 mil trabalhadores. Nas obras foram constatadas irregularidades trabalhistas, mão de obra escrava, abuso das próprias empresas do consórcio em relação à prática de preços abusivos de medicamentos e alimentos, enquanto a região, por sua vez, sofre com crescimento desenfreado da população, aumento da criminalidade, da prostituição, do tráfico de drogas, da malária e da dengue, sem falar dos impactos ambientais.

Além das obras citadas acima, o Complexo do Rio Madeira prevê ainda a construção de uma represa em águas binacionais Brasi-Bolívia. Fazem parte do Complexo, obras que preveem a interligação entre-rios do Brasil até Puerto Maldonado, no Peru, além da construção de aeroportos, estradas, vias férreas que facilitem o acesso às matérias-primas e o escoamento do agronegócio da região da Amazônia ao Peru.

Somam-se aos eventos brasileiros: levantes no Peru, em oposição a hidroelétrica de Inambari (2009), de responsabilidade do consórcio brasileiro Engasul (OAS, Eletrobrás e Furnas), conflitos no Equador (2008), que culminaram com a expulsão da construtora Odebrecht, pelo governo de Rafael Correa; protestos na Bolívia (2011) que forçaram a suspensão temporária das obras da rodovia que atravessa o território indígena Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), de responsabilidade da construtora brasileira OAS.

Los movimientos están siendo atravesados por cada una de estas contradicciones que a menudo los superan y ante las que no siempre tienen respuestas adecuadas. Es posible que un conjunto de acciones como la marcha en defensa del TIPNIS en 2011 en Bolivia, las marchas por el agua y contra la minería en Perú y Ecuador en 2012, la resistencia a la represa de Belo Monte, las asambleas ciudadanas en Argentina y el levantamiento del sur de Chile contra Hidroaysén, estén señalando el nacimiento de un nuevo ciclo de luchas que dará vida, también, a nuevos movimientos antisistémicos, quizá más radicalmente anticapitalistas en la medida que cuestionan el desarrollismo [...] (ZIBECH, 2012, pág. 15).

Os exemplos acima são apenas um recorte, dentre os diversos confrontos que podem ocorrer com a efetivação dos corredores intermodais previstos nos eixos de integração da IIRSA, colocando na pauta das políticas de desenvolvimento a interrogação “para quem”.

7 CONCLUSÃO

A integração regional entrou na pauta das economias latino-americanas com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). A proposta de integração regional, elaborada pela CEPAL e apresentada no documento “O Mercado Comum Latino Americano” de 1957, pretendia contribuir para superar o desequilíbrio decorrente do fenômeno conhecido como “estrangulamentos externos”. Além disso, as assimetrias entre os países deveriam ocupar uma importância central, permitindo que os países menos desenvolvidos pudessem manter determinados níveis de protecionismo. A integração, que ocorreria de forma gradual, levaria a criação de um mercado regional equitativo, evitando que ocorresse entre os países latinos o mesmo que ocorria entre eles e os países centrais

A polarização dos Estados Unidos na defesa dos ideais liberais de livre mercado, representado pelo Acordo geral de Comércio e Tarifas (GATT), criado em 1948, em consonância com a nova ordem mundial do pós-II Guerra, dificultaram a integração econômica do continente nos moldes propostos acima.

Com a nova ascensão conservadora na América Latina, nas décadas de 1980 e 1990 e a adoção, pelos países latino-americanos, das medidas neoliberais preconizadas pelo Consenso de Washington, a ideia de integração da região recebe o enfoque do regionalismo aberto. É nesse contexto que, em 1990, surge a proposta, por parte dos Estados Unidos, de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Ambas as propostas fracassaram. Algumas iniciativas de integração sub-regionais se destacaram como a Comunidade Andina de Nações (CAN), de 1969 e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado em 1991. Os acordos bilaterais com os países centrais também ganharam ênfase. Além disso, a influência do regionalismo aberto faz surgir cada vez mais acordos bilaterais, fragmentando o entendimento político a cerca da integração.

Em contraposição as ideias da CEPAL, veremos surgir, na década de 1960 a teoria da dependência. Para os teóricos da dependência, o subdesenvolvimento se estabelecia não como uma etapa até chegar ao desenvolvimento, mas sim como o desenvolvimento de uma trajetória subordinada, dentro da economia mundial, a qual todos os países estavam integrados, o que, explicava a situação de dependência da América Latina.

A vertente marxista não-dogmática da teoria da dependência, desenvolve o conceito de subimperialismo, formulado pelo sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini, considerado por muitos autores o maior expoente da teoria da dependência. O conceito surge para explicar o fenômeno da emergência de subcentros econômicos e políticos como o Brasil, no contexto da nova divisão internacional do trabalho.

Para Marini, o subimperialismo é uma etapa superior do capitalismo dependente. O termo foi elaborado por ele para explicar a nova divisão internacional do trabalho no âmbito da América Latina nos anos 1960-1970, onde o Brasil se destacava na condição de potência intermediária do imperialismo dos Estados Unidos. Se, por um lado, economias como o Brasil continuavam dependentes e subordinadas, por outro, haviam chegado a etapa de monopólios e do capital financeiro numa cooperação antagonica com a potência dominante.

As condições que levariam uma economia dependente a etapa subimperialista seriam grau de monopolização e de operação do capital financeiro, cooperação antagonica como a nação imperialista, hegemonia regional e o tripé Estado, sociedade de consumo (suntuário) e mercado externo.

A hegemonia brasileira no subcontinente sul-americano na primeira década do novo século XXI reaviva o conceito de subimperialismo no campo acadêmico. O protagonismo brasileiro na condução da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), lançada em 2000, em Brasília, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, na primeira reunião de cúpula dos chefes de Estados da América do Sul, recoloca o Brasil numa posição intermediária entre o centro e a periferia.

A proposta da IIRSA, baseada no conceito de eixos de integração como dinamizadores do desenvolvimento, formando as redes que darão maior velocidade e eficiência às ações pretendidas, apresentado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no lançamento da IIRSA, a convite do presidente Fernando Henrique, planificava uma cooperação geoeconômica fundada na concepção do novo regionalismo ou regionalismo aberto.

Em relação ao grau de monopolização do capital, na contemporaneidade da IIRSA, a América do Sul é a região que concentra o maior grau de inserção de empresas brasileiras em segmentos como petróleo (Petrobras), pecuária (Friboi, Marfrig, Bertin Minerva Foods), bebida (Ambev), mineração (Votorantin Metais, Vale do Rio Doce), infraestrutura (Odebrecht, Eletrobras, Camargo Correa). No entanto, alguns setores da indústria, como a de

eletrodomésticos (Bosch-Siemens, GE e Whirirpool) e ramos inteiros da indústria primária do agronegócio, nas cadeias produtivas do complexo da soja, estão migrando para o controle do capital estrangeiro (Cargil e Monsanto).

Comparando a proposta da ALCA com a da IIRSA, encontramos vários pontos de convergência, além do regionalismo aberto. A IIRSA, se interligada com o Plano Puebla Panamá (PPP), o projeto de integração da América Central, através do projeto de um novo canal do Panamá em curso, na fronteira com a Colômbia, o canal consumaria a integração de todo o continente americano sem, no entanto, ter superado o subdesenvolvimento o que pode acarretar no aprofundamento da dependência.

O BID, desde o início, ocupou posição de destaque dentro da iniciativa da IIRSA, no entanto, o Brasil, nos anos finais da IIRSA, substituída em 2009 pelo COSIPLAN, órgão subordinado a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), criada em 2008, não escondia a frustração da expectativa de ter no banco um agente aglutinador de recursos financeiros, o que pode ter resultado numa cooperação antagônica, se levarmos em consideração o perfil do BID, onde os Estados Unidos, sozinhos, detém 30% da decisão de voto.

Além de trabalhar no sentido de obter uma cooperação consensuada, para a institucionalização de uma integração dos países sul-americanos na forma da UNASUL, o Brasil sugeriu a criação do COSIPLAN que substituiu a IIRSA, e do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), ambos subordinados a UNASUL, para tratar de questões de segurança de maneira autônoma em relação à Organização dos Estados Americanos (OEA) e aos Estados Unidos, demonstrando sua hegemonia na esfera de influências do política externa regional.

O que acabamos de descrever evidencia uma questão primordial independente da “ideologia” do regionalismo: A substituição da IIRSA pelo COSIPLAN, subordinado a UNASUL demonstra uma concordância entre as nações sul-americanas de que a integração regional passa pela dimensão física de integração do continente. Portanto, a iniciativa da IIRSA, converge não apenas na direção de uma integração regional “para dentro”, mas também “para fora”, correspondendo a uma cooperação antagônica nos moldes da interpretação de Marini. Resta saber quais os resultados serão apresentados pelo COSIPLAN, no decorrer da presente década, podendo constituir-se em novo tema de estudos da integração regional sul-americana, bem como qual o papel será desempenhado, no financiamento das obras de infraestrutura na região, pela Europa, mas principalmente pela Ásia.

Destacamos, ainda, que a hegemonia brasileira se dá, em grande medida, na mediação de conflitos na região. A postura brasileira é vista muitas vezes como solidária pelos países vizinhos. A revisão do acordo de Itaipu em 2010 e a não interferência nos assuntos internos da Bolívia, quando o presidente Evo Morales nacionalizou as reservas de energia não-renováveis do País, em 2006 são exemplos disso. O Brasil ora é visto como nação “subimperialista” na região, ora é visto como nação “anti-imperialista”.

O Brasil, através do BNDES, investiu US\$ 10 bilhões no financiamento de projetos da IIRSA, enquanto o BID investiu aproximadamente US\$ 3,6 bilhões. Em 2003, o BNDES anunciou a criação de um departamento dedicado a integração sul-americana e em 2009 o BNDES detinha uma carteira na América do Sul de US\$ 15,6 bilhões, superior aos investimentos do BID na região, deixando claro a forma como o capital brasileiro se realiza, com forte apoio do Estado, a primeira pata do tripé subimperialista.

O desenho da integração física, na forma de eixos de integração, que atendem tanto o abastecimento de energia, passando pelo incremento do setor de telecomunicações, até o escoamento da produção através de corredores intermodais, não deixa dúvidas de que a IIRSA constitui-se em vantagem competitiva para o Brasil, mas não garante até o momento, a solução para o subdesenvolvimento e para as assimetrias do subcontinente, uma vez que integra fisicamente, com importante papel das economias imperialistas e subimperialistas na região, sem discutir amplamente um mercado comum. Ao contrário, cresce a polarização na região em torno de sub-blocos liberais, como a Aliança do Pacífico, e bolivarianos, como a Aliança Bolivariana das Américas (ALBA).

Conforme visto até aqui, são muitos os aspectos que confirmam o subimperialismo brasileiro na primeira década do século XXI, para além do protagonismo brasileiro na iniciativa da IIRSA. Resta ainda uma discussão mais ampla sobre o impacto ambiental das obras da IIRSA e o destino das populações afetadas. A última vez que a sociedade civil esteve envolvida no debate da integração regional, no Brasil, foi com o advento da ALCA, na década de 1990, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores que, ao chegar ao poder em 2003, conduz um projeto de integração física do subcontinente, com fortes impactos ambientais, sociais e econômicos, sem envolver a sociedade civil.

O incremento do comércio é fato consumado. No entanto, a expansão de uma integração regional associada aos padrões de reprodução do capital, nos marcos das teorias neoliberais, em países subdesenvolvidos, garantem a reprodução do capital em escalas cada

vez maiores, mas não garantem a superação do desenvolvimento, tendendo ainda a uma superexploração do trabalho para a sustentação da taxa de lucro.

O episódio emblemático da queima de uma bandeira brasileira em território paraguaio, em 16 de maio de 2008, em franca oposição a presença de latifundiários “brasiguaios”, dedicados ao monocultivo da soja no Paraguai, traz a necessidade de aprofundarmos cada vez mais o debate a cerca das consequências do subimperialismo brasileiro, para o País e para a América do Sul.

REFERÊNCIAS

BANCO INTERAMERICANO DE FOMENTO, BID. **Os dez anos do BID na IIRSA: 2000-2010**. Nov. 2010. Disponível em <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2013/12569pt.pdf>> Acesso em: nov. 2014

BLANCHARD, Olivier J. **Macroeconomia: Teoria e Política Econômica**, Tradução da 4ª Ed. Americana. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BARBOSA, Rui. **Vã Confiança: A Doutrina Monroe: sua origem**. in BARBOSA, Rui. Obras Seletas - Volume 8 Fonte digital: Ministério da Cultura Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro. 1998. Disponível em <<http://www.bn.br/bibvirtual/acervo/>> Acesso em: nov. 2014

BRAUN, M. B. S. **Comércio Internacional pós segunda guerra: A busca do multilateralismo**. In.: parte integrante da tese de doutoramento, defendida em 26 de julho 2003, cap. 2, p. 111-199. León, Espanha. Disponível em <<http://cac-php.unioeste.br/cursos/toledo/historiaeconomica/demcomercio%20internacional%20pos.pdf>> Acesso em: jun. 2015

Carnes: Minerva compra frigorífico no Uruguai por US\$ 37 milhões. **Commodities Agrícolas: Granos**, mar. 2014. Disponível em: <<http://granos.agr.br/noticias/agronegocio/carnes-minerva-compra-frigorifico-no-uruguai-por-us-37-milhoes>> Acesso em: nov. 2014.

CARVALHO, J. G. **A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA**. Monografia (Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Belém, 2004

CALIXTRE, A. B.: BARROS, S.B: **O Banco do Sul e o Brasil na agenda da nova arquitetura financeira regional**. Boletim de Economia e Política Internacional. IPEA. n°3, jul. 2010. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/100709_boletim_internacional03_cap3.pdf> Acesso em: out. 2014

COORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO, CAF. Página Eletrônica <<http://www.caf.com/>> Acesso em: jun. 2015

DUARTE, P.H. E.; GRACIOLLI, E.J. **A teoria da dependência:** Interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. In: 5º Colóquio Internacional Marx Engels. Unicamp. São Paulo. nov. 2007. Disponível em < http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf> Acesso em: jun. 2015

ESTEVES, T. J. **Integração Regional na América do Latina:** da CEPAL ao Consenso de Washington. In: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Ideas, v. 2, n2, p. 172-202, jul. –dez. 2008. Disponível em < <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4059516.pdf>> Acesso em: out. 2014

FONDO FINANCIERO PARA EL DESAROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA, FONPLATA. Página Eletrônica: < <http://www.fonplata.org/index.php/fonplata/institucional>> Acesso em: jun. 2015

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GONÇALVES, L. E. F. de C. **As relações Brasil-CEPAL.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

Governo aumenta capital social do BNDES. In: E&N. **Estadão.** São Paulo, 29, dez. 2010. Disponível em < <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-aumenta-capital-social-do-bndes-em-r-4-5-bilhoes,49112e>> Acesso em: out. 2014

INICIATIVA PARA LA INTEGRACIÓN DE LA INFRESTRUCTURA REGIONAL SULAMERICANA, IIRSA. Página Eletrônica: <http://www.iirsa.org/> Acesso em: out. 2014

LUCE, M. S. **O subimperialismo brasileiro revisitado:** A política de integração regional do governo Lula. 2003-2007. 2007. 136 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14394>> Acesso em: out. 2014

LUCE, M. S. **A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini:** Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria. 225 p. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2/browse?value=Subimperialismo&type=subject>> Acesso em: out. 2014

LUCIANO, B.T.; BRESSAN, R. N. **A Comunidade Andina no Século XXI:** Entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico. In. 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2014.

Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9045&Itemid=456> Acesso em: jun. 2015

MARTINS, Carlos E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARINI, Ruy M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 1969/2012.

MARINI, Ruy. M. **Dialética da Dependência**. In: *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, MP. **Planejamento e Investimentos**: Cosiplan - Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento. Disponível em < <http://antigo.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=10&ler=t9226>> Acesso em: out. 2014

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, MP. **América do Sul**. Relações com países sul-americanos. Infraestrutura. In: *Balanco Completo MRE Séries Históricas*. [2010?] <<https://i3gov.planejamento.gov.br/balanco/4%20%20INSERCAO%20NO%20CENARIO%20MUNDIAL%20E%20SOBERANIA/1%20-%20Politica%20externa/1%20-%20Documentos/Balanco%20Completo%20MRE.doc>> Acesso em: out. 2014

MONCAYO, H. L. **Nem um nem outro**: Integração e desenvolvimento na América Latina. In: *Coleção Integratemas*, n° 5. Rio de Janeiro, 2008.

OUTHWAIRE, W. et. tal. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro Ed. Zahar, 1996.

PAIM, E. S. **IIRSA É esta a integração que queremos?** In: *Núcleo Amigos da Terra/Brasil*. 2003. Disponível em: < http://www.natbrasil.org.br/docs/instituicoes_financeiras/iirsa%202003.pdf> Acesso em: maio, 2015

PETROBRAS: **PRESENÇA GLOBAL**. Disponível em < <http://www.petrobras.com/pt/quem-somos/presenca-global/>> Acesso em: out. 2014

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 4ª ed. São Paulo: Best Seller, 2000

SILVA, J. A. S. **Turismo, Crescimento e Desenvolvimento**: Uma análise urbano-regional baseada em cluster. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes) da Universidade de São Paulo, ECA / USP, 2004 480 f. v. 1 e v.2. Disponível em < <http://www.eumed.net/tesis-doctorales/jass/15.htm>> Acesso em: out. 2014

Uruguai deve entrar para grupo dos maiores exportadores mundiais de carne bovina em 2013. **Beef Point**. Disponível em < <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/uruguai-deve-entrar-para-grupo-dos-maiores-exportadores-mundiais-de-carne-bovina-em-2013>> Acesso em: out. 2014

VALDEZ, R. C. C. **A internacionalização do BNDES no governo Lula**. 2011. 131 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32890/000787517.pdf?sequence=1>>

VALDEZ, R. C. C. **A atuação do BNDES como agente indutor da inserção comercial do Brasil no Governo Lula**. In: III Encontro Nacional ABRI – Associação Brasileira de Relações Internacionais. São Paulo, 20, 21, 22, jul. 2011. Disponível em: <http://proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v3/a41.pdf>> Acesso em: out. 2014

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo. **Pensamento brasileiro e integração regional**. Contexto int. [online]. 2010, vol.32, n.2, pp. 437-487. ISSN 0102-8529. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292010000200006>> Acesso em: jun. 2015

Vale do Rio Doce ganha concessão de jazida de fosfato no Peru. Uol. Mar. 2005. Disponível em < <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2005/03/15/ult1808u36497.jhtm>> Acesso em: nov. 2014

Vizinho em Crise: Cúpula no Brasil deve discutir Colômbia. In: Mundo **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25, ago. 2000. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2508200011.htm> > Acesso em: nov. 2014

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potencia: Entre la integración regional y un nuevo imperialismo**. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2012.

